



Frente Parlamentar
em defesa das políticas
públicas para a
JUVENTUDE



Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados
Sr. Eduardo Cunha

A Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, encaminha em anexo a taquigrafia e a lista de presença de uma Audiência Pública que tratou a redução da maioria penal.

A atividade aconteceu no dia 24 de abril de 2015 e contou com a presença de cerca de 200 pessoas que trouxeram as suas opiniões e argumentos, de diversas entidades que tem trabalho direto com jovens e adolescentes do município.

Como há divergência de opinião entre os membros da Frente, decidimos por encaminhar apenas as falas dos presentes, sem exarar uma opinião da instituição.

Rafael Bueno - PCdoB
Vereador Presidente da Frente

Membros:

Ver. Daniel Guerra - PRB
Ver^a. Denise Pessôa - PT
Ver. Guilherme Guila Sebben - PP
Ver. Neri Andrade Pereira Junior - SD

Caxias do Sul, 02 de julho de 2015.

Secretaria-Geral da Mesa SERN 10/01/2015 10:39
Ponto: 4553 Ass.: J. M. C. B.
F. M. C. B.

ANEXO

01



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE		
<i>Maioridade Penal</i>		
Audiência Pública	Data: 24/04/2015	Duração: 2h43min

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB) – PRESIDENTE DA FRENTE: Senhoras e senhores, boa tarde a todos e todas aqui presentes. A Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, neste dia 24 de abril de 2015, está realizando uma audiência pública com o objetivo de ouvir a comunidade e as autoridades aqui presentes referentes ao tema: redução da maioridade penal. Compõe a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas da Juventude os vereadores Daniel Guerra, Guilherme Sebben, Neri, a vereadora Denise Pessôa e este vereador, o qual é o presidente. Também quero saudar os vereadores Edson da Rosa, o vereador Renato Nunes, a vereadora Daiane Mello, o vereador Jaison, o vereador Adelino Teles. Quero também agradecer a presença das seguintes autoridades aqui presentes: do juiz da Vara da Infância da Juventude, Leoberto Brancher; o delegado da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente, Joigler Paduano; titular da Defensoria Pública da Infância e da Juventude, Dr. Sérgio Nodari Monteiro; do COMDICA¹, Rachel Ivanir Marques, que faz parte da Mesa; Defensoria Pública do Rio Grande do Sul; dirigente do Núcleo da Defesa da Criança e do Adolescente, Dra. Cláudia Barros, que também está aqui presente; Sra. Paula Ioris, representante da ONG Brasil Sem Grades, que também faz parte da Mesa; representando OAB Caxias do Sul, o senhor Álvaro Luiz; o assessor do setor de Juventude da Diocese de Caxias do Sul e também cidadão caxiense padre Rudinei Zorzo; Conselho Tutelar Norte e Sul; Coordenadoria Municipal da Juventude, coordenador Vinicius; Conselho Municipal da Juventude, Ivan; coordenador do Curso de Direito, representando a Glenda Biotto; o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul; o CASE, representado pela Tereza Costella; o Conselho Municipal de Assistência Social, Denise Lain; a Guarda Municipal, representada pela Raquel Dessoti; a Central Comunitária de Práticas Restaurativas, Susana Duarte; Casa Lar Murialdo; Apoiar; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Segurança; Centro de Referência Especializado em Assistência Social; representando o deputado Adilson Troca, Michel Sonda. Se tem alguma outra entidade aqui, por favor, levantem a mão que a nossa assessoria depois quer saudar os presentes também. Nós temos o nosso assessor Alexandre que estará... Quem está presente e não deu o nome da sua entidade ainda, por favor. Esclarecemos que a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul respeitou o rito estipulado pela Lei Orgânica que obriga que qualquer audiência pública seja publicada em jornal, veículo diário, uma semana antes de sua realização. O edital desta audiência foi publicado no Jornal Folha de Caxias, no dia 17 de abril de 2015. Quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos que participam desta audiência pública e a todos que nos acompanham nas suas residências, através do canal 16 da TV Câmara, que está sendo transmitido ao vivo. Passo a palavra então no tempo máximo de 10 minutos aos representantes da Mesa que explanaram a sua opinião sobre a redução da maioridade penal no tempo máximo de 10 minutos. Peço, por favor, que respeitem o tempo porque hoje o plenário está participativo, com pessoas favoráveis e contrárias a redução da maioridade penal. Então nós gostaríamos de ouvir a opinião de todos. Primeiro, passo a palavra para o Sr. Roberto Louzada, nosso secretário de Segurança Pública e Proteção Social. Por favor, da tribuna.

¹ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



SR. ROBERTO LOUZADA: Boa tarde a todos. Minha saudação ao vereador Rafael Bueno, presidente da Frente Parlamentar; em seu nome cumprimentar a todos os vereadores desta Casa. Também cumprimentar todas as autoridades que compõem a Mesa, senhores e senhoras. Eu prometo ser bem mais rápido do que esses 10 minutos, até porque a palavra também oficial da nossa Secretaria de Segurança Pública e Proteção Social vai ser dada também e registrada pelo nosso coordenador da Juventude, o Vinícius. Mas quero dizer também que nós criamos uma secretaria municipal em 2005, instalamos em 2007, onde o viés principal do trabalho da nossa secretaria é o trabalho com a juventude e com os jovens. Nós também sabemos que no Brasil, nós tivemos no ano passado em torno de 54 mil homicídios, sendo que 1% foi praticado por jovens menores de 18 anos. Nós fizemos parte como presidente, que foi de dois em dois anos, do Conselho Nacional de Secretários, onde nós tínhamos 42 entidades representadas neste Conselho, em todas as reuniões, sendo que na última, inclusive, nós fizemos um levantamento e foi unânime a posição de ser contrário à redução da maioridade penal. Então eu tenho vários motivos que depois também serão registrados pelo coordenador da Juventude de ser contrário a essa redução da maioridade penal. Então, a nossa posição como secretário é ser contrário a isso e queremos ser parceiros cada vez mais de políticas, de jovens e adolescentes para a melhoria da nossa segurança e para melhoria de uma cultura de paz no nosso país. Obrigado. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, secretário Roberto Louzada. Passo de imediato então a Sra. Rachel Ivanir Marques, presidente do COMDICA. Por favor, Rachel.

SRA. RACHEL MARQUES: Bom, no primeiro momento, gostaria de agradecer esta Casa Legislativa, através da Frente Parlamentar da Juventude, que possibilitou que a gente conversasse sobre este tema. Eu estive esses dias assistindo a TV Câmara, onde o deputado Glauber Braga falava que a gente precisa debater o tema da maioridade penal. Para que a população brasileira, para que o nosso legislativo, para que a sociedade brasileira possa tomar realmente uma posição, para que as pesquisas possam apontar qual é a nossa verdadeira posição sobre a questão da maioridade penal. Por que isso? A gente precisa debater, conhecer a questão da juventude e o que acontece por trás desses indicadores. Por quê? Porque a gente tratar da maioridade penal em cima de falsos indicadores de premissas talvez não muito bem apontadas, isso é um terreno muito perigoso. Então, a gente parabeniza esse espaço legislativo. Eu ontem falava com o nosso ministro dos Direitos Humanos, Pepe Vargas, que estará em Caxias no advento da nossa Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se dará no dia 05 de maio, e eu já convido todos que estão aqui, porque as pessoas que estão aqui hoje estão interessadas no tema com certeza da criança e do adolescente. Então estará acontecendo a Conferência na Universidade de Caxias do Sul, dia 05 de maio. Vai acontecer o dia todo. A abertura será com o juiz da Infância, Leoberto Brancher, que hoje ele não está mais totalmente voltado para a infância, mas ele ainda é um juiz que trabalha com a questão da justiça restaurativa; e o nosso ministro então que é da Secretaria de Direitos Humanos. Então, eu falava com ele que nós teríamos este momento em Caxias do Sul e que é um momento que a gente pode estar debatendo com a população de Caxias do Sul a questão da maioridade penal. Eu venho aqui trazer não só a fala da entidade que eu represento, porque o COMDICA, na verdade, não é uma pessoa, são várias instituições, Conselho do Direito da Criança e do Adolescente. Esse conselho através das pré-conferências que já aconteceram, que culminam então com a nossa conferência no dia 05 de maio, tirou uma moção de repúdio a redução da maioridade penal. Essa moção de repúdio, eu vou pedir a permissão para vocês de ler, porque ela é uma moção das entidades, do que representam o COMDICA, que são entidades conselheiras, das entidades da Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul, dos conselhos tutelares, enfim, de todo mundo que atua nesta área em Caxias do Sul. Então a moção diz o seguinte:



Assunto: Moção de Repúdio ao rebaixamento da maioria penal.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança, os Conselhos Tutelares e a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente, manifestam-se para repudiar a PEC 171/93, que altera a redação do Artigo 228 da Constituição, reduzindo a idade da imputabilidade penal dos adolescentes para os 16 anos. Considerando que:

1) Os adolescentes estão sendo responsabilizados pelo aumento da violência urbana no país. Estatísticas comprovam, porém, que, de todos os atos infracionais, menos de...

Aqui os indicadores apontam 3,3; 0,9; zero ponto alguma coisa, tem 1%, enfim. Os indicadores não chegam a um percentual. Há questionamentos com relação a isso, mas não chegam a 10%. Deixa eu terminar a frase...

De autoria de cidadãos na faixa etária abaixo dos 18 anos. Então, não são eles os responsáveis pela violência. Por outro lado, é farisaica a postura de reprimir novamente as vítimas, culpabilizando-as pelos desajustes sociais, enquanto permanece ileso o atual modelo de exclusão, gerador do aumento da pobreza e miséria no país.

2) Costuma-se ouvir, com frequência, que nada acontece ao adolescente que comete ato infracional. Também, que o Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA – é muito complacente e nada propõe de coercitivo. Tal postura demonstra grande ignorância a respeito da lei ou, então, atitude de extrema maldade na formação da opinião pública. Neste sentido, basta conferir a série de medidas propostas pelo Art. 112 da referida. Inimputabilidade não significa impunidade. Não responder pelos atos delituosos perante o Código Penal não faz do adolescente um irresponsável. Se em alguns estados brasileiros as medidas não vem sendo aplicadas não é a lei que tem culpa, culpados são os operacionalizadores do sistema que não executam o que determina a lei. Existem vários estados que vem implantando o Estatuto com excelentes resultados. Por que então culpas as vítimas quando o sistema é inoperante?

3) O ECA veio substituir o Código de Menores. Ele foi fruto de ampla mobilização da sociedade brasileira e surge através da prerrogativa constitucional de um princípio da "Prioridade Absoluta" para a criança e o adolescente. A nova doutrina da proteção integral é uma lei que aponta caminhos para a formação de uma cultura e novas práticas na abordagem da infância brasileira. Exige uma maturidade do país e considera as crianças e adolescentes a partir de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. O modelo que persiste em vários estados do país, onde "confinamento" e "repressão, motins, fugas e mortes" passaram a fazer parte do cotidiano dessas instituições ganham manchetes da imprensa, bem como, quando um adolescente comete um ato infracional, tal fato ganha ampla repercussão da mídia. Vem se formando uma contracultura de cidadania, racionalmente orquestrada, que passa a exigir ações drásticas como esta da redução idade penal.

4) Não é justo pretender reduzir a idade da responsabilidade penal sem antes cobrar a implementação das medidas previstas pelo ECA. Os especialistas consideram que a recuperação do cidadão em desenvolvimento não pode se dar através do sistema penal considerado arcaico e falido pelo próprio judiciário, mas sim através da aplicação das medidas socioeducativas previstas pela legislação atual. A solução é "jogar" brasileiros de 16 anos dentro desse modelo carcerário falido? O que esperar? Recuperação ou novos requintes de crueldade?

5) Costuma-se dizer ainda que, em alguns países, a idade da responsabilização penal é inferior que a brasileira. E estes países resolveram seus problemas de violência?

6) Ouve-se também a tese, justificando a redução da idade da imputabilidade, de que o adolescente já tem condições de discernimento, até mesmo porque pode ser eleitor aos 16 anos, porém, com voto facultativo. Diz-se que o jovem hoje é mais bem informado, amadurece mais cedo. Então, por que não se permitiu concessão de Carteiro Nacional de Habilitação para essa mesma idade? Por que um adolescente aos 16 anos não pode ocupar cargos, tais como, vereador (mínimo 18 anos), prefeito (21), deputado (21), governador (30), senador (35)...? O que cabe aqui ao exame, mais que a questão de capacidade de discernimento, é a possibilidade de modificar comportamental potenciada pelo processo pedagógico, prevista pelo ECA, dada a condição de pessoa em desenvolvimento.

Desta forma, consideramos equivocada a proposição de redução da idade de imputabilidade penal no enfrentamento da questão atinente a criminalidade juvenil. O Estatuto da Criança e do Adolescente já oferece uma resposta aos justos anseios da sociedade por segurança. Necessita-se, pois, do compromisso público com a efetivação plena do ECA, fazendo valer esse instrumento de cidadania e responsabilização de adultos e jovens. A criminalidade juvenil há que ser combatida de forma eficaz em sua origem – a miséria e a falta de educação. Não sendo assim, acabaremos sempre responsabilizando os vitimizados e, como de costume, preferencialmente os pobres, pelos desajustes sociais do país. A nós, operacionalizadores dos Direitos, cabe seguir trabalhando, contando com nossos legisladores para não aprovarem a referida PEC 171/93. Haverá desta sorte,



possibilidade de construir um futuro melhor para os nossos adolescentes e não veremos mais vítimas da inoperância de toda a sociedade brasileira.

(Texto fornecido pela oradora.)

Fica a pergunta: reduzir a maioria penal, para quê? Para reduzir a violência? Tenho mais tempo?

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Um minutinho para concluir.

SRA. RACHEL MARQUES: Bom, então, eu queria concluir dizendo o que nós precisamos fazer. Nós precisamos investir. Nós precisamos realmente aplicar o Estatuto. Nós precisamos, temos aí o sistema, o SINASE². Para quem não conhece ele fala das medidas socioeducativas. Nós temos aí os nossos CASE's, que alguns nós nem podemos chamar de CASE's, são as antigas Febens ou as atuais Febens. Que modelos são esses CASE's? Será que eles são socioeducativos ou eles são os presídios? Então, que modelos a gente tem socioeducativos? Será que nós estamos aplicando realmente o SINASE? Será que nós estamos aplicando realmente o Estatuto? Será que nós temos investimentos adequados para aplicar no Estatuto? Nós precisamos de investimentos. Mas investimentos grandes na área da infância e juventude, porque se ela é prioridade, como diz a Constituição e como diz o Estatuto, a criança e o adolescente precisa ser prioridade lá no Governo Federal, no Estado e no Município. Não adianta a gente querer dar o mesmo remédio que a gente já viu que não deu certo para o adulto. Encarceramento não dá certo. Ou vocês acham que dá certo realmente encarcerar? Resolve a violência no mundo adulto? Não resolve. Então, a gente vai dar o mesmo remédio para o adolescente. A gente vai resolver sim a violência na nossa sociedade. Então, é dar o mesmo remédio que vai se transformar em veneno para nós mesmos. Então, vamos pensar no remédio que a gente vai estar dando para a nossa sociedade. Obrigada. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Rachel Marques, presidente do COMDICA. Quero dizer que realmente nós proporcionamos essa audiência pública para amadurecer o debate. É a primeira Câmara de Vereadores no Estado do Rio Grande do Sul que está promovendo esse debate com toda a comunidade. Então, tem estudantes, trabalhadores, jornalistas, há diferentes áreas do conhecimento. E para não ser influenciado só por uma mídia ou pelas redes sociais, mas amadurecer esse debate com pessoas especializadas no tema, passo para a Paula Ioris, representante da ONG Brasil Sem Grades. Neste momento nós abriremos já as inscrições para quem quiser utilizar a tribuna, a fala, depois das inscrições. O nosso assessor da Comissão Alexandre e a Thalía vão estar pegando as inscrições. Por favor, Paula, tempo de 10 minutos.

SRA. PAULA IORIS: Boa tarde a todos. Boa tarde a Mesa. Eu sou Paula Ioris. Sou aqui de Caxias e sou representante da ONG Brasil Sem Grades. A nossa ONG é uma ONG gaúcha. Ela é toda formada por pais, irmãos de vítimas de violência. É complicado ouvir que vítimas são os adolescentes. Vítima é quem está sendo vitimado pelo que os adolescentes estão cometendo. Vamos reverter esse conceito. Eu não estou vendo ninguém falando das famílias que estão sendo vitimadas, que estão com filhos em cadeira de rodas, que estão com filhos mortos, que é o meu caso. Ele não foi morto por um adolescente, foi morto por adulto, mas quem mata é um detalhe, o importante é que houve uma morte. Eu não entendo que a redução da maioria penal vai resolver o problema da violência, não. Ela é um capítulo. A gente não está falando em reduzir a maioria penal para reduzir a violência, a gente está falando maioria penal pelo direito a vida, pelo direito à justiça. Um adolescente de 16 anos sabe perfeitamente o que está fazendo. Os motivos que a gente vê hoje das pessoas que falam contra é que o sistema... Vamos encarcerar? O sistema carcerário não está resolvendo o problema. Não está mesmo, nem dos adultos. O sistema carcerário precisa, tem investimento. Há anos faltam vagas prisionais no nosso Estado. Há anos faltam vagas prisionais. Nós precisamos de presídios menores para serem mais fáceis de serem administrados. Nós precisamos triagem de presos. Não temos que colocar os adolescentes junto com os

² Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo



bandidos, assim como as mulheres hoje não estão juntas com os homens. Então há que haver um sistema de triagem pelo sexo, pela idade, pelo tipo de crime. Porque nós colocamos hoje no sistema carcerário réus primários, um tipo de crime que foi passional com criminosos graves, a gente sabe que isso está errado. Então o sistema prisional é que tem que ser revisto e não nós punirmos quem comete o crime. Isso é muito diferente. Então é claro que a gente não pensa que só mudando, reduzindo a maioria penal é que a gente vai reduzir a violência, não. Muitas coisas precisam acontecer, mas nós temos que ter presente o direito a vida. A vida e a morte é uma coisa muito mais séria do que votar, do que essas decisões que hoje já foi possibilitada. Há que se saber a diferença entre lesar alguém e não lesar. Vamos parar de imputar isso na pobreza. A delinquência está em todas as classes sociais. Não são as pessoas que moram em bairros mais pobres que estão cometendo delito, só eles. Lá existe uma maior afluência, porque lá a droga está maior. Então, gente, nós já falamos em três aqui. Já é o segundo, terceiro debate que eu participo, não sei como vai ser a posição da colega, que eu sou favorável, o resto é tudo contra. Noventa e três por cento da população está sendo favorável à redução da maioria penal, porque está um escândalo o que está acontecendo. Se hoje... Já falei da questão do carceramento. Outra questão assim, o ECA precisa ser colocado em prática? Sim. Está faltando investimento sim em todos os sentidos, mas a população, os trabalhadores, nós não podemos esperar isso acontecer. Nós temos que trabalhar nas duas pontas. Eu sou uma parceira do CIPAVE aqui de Caxias do Sul. Eu tenho um projeto que é fazer o bem no dia 24. Hoje é dia 24, foi o dia do assassinado do meu filho aqui em Caxias. Faço palestras para jovens, eu falo para eles de escolhas. “Digam não as drogas.” “Falem a verdade sempre.” Quem mente quando é pequenininho mente depois quando cresce, mente mais. Eu tenho feito isso. Eu acredito na prevenção e todos nós cidadãos que estão em frente a alguma entidade, voluntários, aposentados, temos que trabalhar juntos para gente inibir, diminuir o crime. Mas não vamos esconder que o medo e a culpa de forma equilibrada nos dão limites. Quando a gente tem medo, a gente não entra em coisas de risco; quando a gente tem culpa a gente reflete e muda o comportamento. Falando, todos esses argumentos que foram ditos, eu não sei como é que está o meu tempo, tem um texto que todos deveriam ler. Eu não sei se entrando na internet, é uma entrevista da VEJA, de novembro de 2013, Stanton Samenow. Ele é um psicólogo que tem 72 anos. Ele passou 40 anos, quatro décadas, entrevistando criminosos. Olha o que ele diz aqui: “Não podemos dizer que a maioria dos pobres se torna criminosa, mas dá para dizer que todo criminoso pensa de forma parecida. A questão é como as pessoas lidam com a vida que lhes oferece.” Então, é muito interessante, entrem na internet. Se alguém quiser, me dá um jeito de chegar o *e-mail*, eu mando. Está muito boa essa reportagem para a gente entender que as pessoas pensam de forma diferente. Ele dá como exemplo que as crianças quando estão pequenas lá brincando e uma tira o brinquedo da outra, belisca, há crianças que aprendem logo, ali aos cinco anos, que não podem beliscar, porque machuca. Há outras crianças que aprendem que, se elas beliscarem, se elas roubarem um brinquedo, elas poderão ser punidas. Há outras que sentem prazer em machucar. É da pesquisa dele. Então, o ser humano não se sabe o porquê ele toma determinadas escolhas, mas não são todos os pobres que cometem crimes. Aliás, é uma minoria. Nós não podemos deixar de pensar em quem está sendo vitimado. Eu conheci ontem à noite um senhor que está com um filho na cadeira de rodas que foi vítima de um menor. Eu conheci a Marisa Dieckmann, paulista, mãe do Victor Hugo Dieckmann, que o filho estava chegando da escola, de mochila, um menor, que uma semana depois faria 18 anos, pediu a mochila, o filho dela entregou e ele deu um tiro na cabeça do Victor Hugo. Uma semana depois ele faria 18 anos. Qual é a diferença de dias entre essa questão que falam que biologicamente não está preparado para saber? Está sim, gente. O jovem de hoje está muito preparado. Eu não sei quem de vocês pôde assistir uma entrevista do Beltrame, secretário de Segurança de São Paulo, foi a primeira vez que eu vi alguém preocupado com a sociedade. Então, assim a ONG é a favor da redução da maioria penal, especialmente, para crimes



hediondos pelo sentido da vida, do que é certo e do que é errado. É isso que nós estamos esperando. Todos temos que trabalhar para isso, para prevenir. Eu até diria, quando o crime envolver droga, tem que ser menor ainda. Porque a drogadição é o maior problema deste país. Nós não vemos políticas concretas de barrar isso. É isso, gente. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Paula Ioris. Até para não colocar em dúvida, em cheque, a nossa audiência pública. Eu só gostaria de esclarecer que nós procuramos convidar pessoas, representantes que defendem e não defendem a redução da maioria penal, tanto que a nossa Mesa está plural com o nosso representante do município de Caxias do Sul, o COMDICA, os vereadores, que ontem nós votamos uma moção, os estudantes. Também há algumas entidades que deveriam estar aqui e não estão, mas que foram convidadas. Também tem a nossa defensora pública do Estado do Rio Grande do Sul que veio de Porto Alegre. Então, está bem diversificadas a nossa audiência pública. Por isso que nós estamos proporcionando o debate para que cada um manifeste as suas opiniões. Mas gostaria de saudar o Giancarlo Fontoura, escritor e jornalista; Daniel Corrêa, representando o deputado Mauro Pereira; a Beatriz Ourique, da 5ª Coordenadoria de Saúde; a Associação Helen Keller, Vera Piccoly; a Casa de Acolhimento Sol Nascente; a Central de Práticas Restaurativas; o Sindiserv, representado pelo Luciano Roque Piccoly; Conselho Regional de Serviço Social; o diretor-geral de Serviços, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego, Osvaldo Della Giustina; também há algumas pessoas que precisam de atestado de presença. No final da audiência pública, nosso assessor Alexandre vai estar fornecendo esse atestado que ele já tem pronto para os estudantes e para quem precisar também. Convido então para fazer uso da tribuna, pelo tempo de 10 minutos, a Dra. Cláudia Barros, dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Por favor, no microfone móvel.

DRA. CLÁUDIA BARROS: Boa tarde a todos. Boa tarde, Rafael. É um prazer estar aqui em nome da Defensoria Pública do Estado para debater um tema tão importante. Em seu nome, cumprimento as demais autoridades que se fazem aqui presentes, os estudantes, mães, pais, adolescentes, trabalhadores do sistema socioeducativo, professores, os demais vereadores que compõem a Frente Parlamentar. Importante, Rafael, realmente, esse debate por ser a primeira Câmara que está proporcionando esse debate aqui no Estado do Rio Grande do Sul. A ideia que eu quero trazer aqui para vocês ao discutir esse tema da maioria penal não é convencer ninguém. Pretensão minha é querer convencer cada um dos senhores que têm as suas vivências, suas experiências, seus problemas, suas ideias e suas concepções de vida. A minha ideia e a ideia da Defensoria Pública, que é o dever da Defensoria Pública educar as pessoas em direitos, é promover o debate e trazer argumentos para que nós possamos pensar e não simplesmente comprar uma ideia pronta tal qual nos vendem. (Manifestações sem uso do microfone.) Eu posso ir falando sem apresentação de igual modo. É só uma lâmina que eu tenho para trazer alguns elementos. Então voltando aqui ao que nós estávamos falando. A ideia não é convencer ninguém, mas trazer alguns elementos para que nós possamos, de fato, pensar. Então primeiro ponto que a gente trás em todos os debates é da impossibilidade hoje jurídica de nós reduzirmos a maioria penal. A maioria penal é uma garantia fundamental que está lá na nossa Constituição Federal, então seria insuscetível de alteração por proposta de emenda constitucional, porque feriria um direito fundamental. Essa é uma discussão jurídica. Eu vou tentar repassar essas razões jurídicas muito mais rápido, de forma mais rápida, para que nós possamos pensar em exemplos práticos. O segundo ponto pelo qual não seria possível, segundo os juristas, para reduzir a maioria penal é que o Brasil assinou vários documentos e se comprometeu na esfera internacional em não reduzir direitos já garantidos. Se nós temos direitos já garantidos aos 18 anos, nós não podemos suprimir, porque o Brasil é signatário desses documentos internacionais. Se o fizer, poderá sofrer sanções na esfera internacional. A Argentina, recentemente, no final de 2013, está sofrendo



sanções na esfera internacional e irá sofrer mais, porque mantinha 12 adolescentes condenados a prisão perpétua. A Corte Interamericana de Direitos Humanos já determinou que Argentina colocasse em liberdade esses adolescentes, determinou que a família desses adolescentes fossem ressarcidas, determinou que a Argentina modifique a legislação sob pena de, e deu um prazo, de alguns embargos internacionais e outras penalidades que o Estado pode sofrer. Bom, esses seriam pontos, digamos assim, jurídicos. Mas o que eu quero trazer aqui para nós pensarmos é na possibilidade. Se nós reduzirmos a maioria penal para... de 18 para 16 anos? Bom, então, nós estamos dizendo que aquela pessoa pode responder perante o Código Penal. Nós vamos ter que repensar todo o restante da nossa legislação. Então, uma pessoa com 16 anos vai poder tirar carta de Habilitação, vai poder dirigir, vai ter que poder ter porte de arma de fogo, vai ser possível ser eleito vereador. Talvez até seja uma decisão importante um jovem de 16 anos poder estar aqui na tribuna. Vai poder ter outras repercussões na esfera civil. Então, isso é um ponto para nós pensarmos. O outro importante que eu quero que todo mundo pense, que não compre essa ideia falsa, que se é tratado: “O jovem não responde como adulto, porque ele não tem capacidade de compreensão.” Quem é mesmo que disse isso? De onde saiu essa ideia? Ora, nós sabemos que um adolescente com 16, com 15, com 12, com 13, com 14 sabe se discernir, se locomover, andar pela sociedade, fazer as suas escolhas. Uma criança de 5 a 6 anos, como a mãe aqui falou, sabe escolher, sabe que é errado pegar o lápis do coleguinha na escola ou que é errado dar um beliscão. A questão não é essa. Não se está dizendo que o jovem de 12, 13, 14, 15 não sabe fazer as suas escolhas e não sabe o que é certo e o que é errado. A única coisa que se está dizendo quando se fala em imputabilidade penal é a forma de responsabilização. Se ele vai responder perante o Código Penal ou perante uma legislação especial para adolescentes. Aí, eu vou dar um exemplo para os senhores, um exemplo prático de quem vivencia, assim como o meu colega, Dr. Sérgio. Nós atuamos tanto buscando medicamentos para crianças que não têm medicamentos, buscando vagas em creches, porque as políticas públicas na área de saúde e educação não são implementadas. Mas nós também atuamos dentro das unidades de privação de liberdade de adolescentes e nós podemos garantir: “Há punição sim para os adolescentes.” Então, vou trazer um exemplo de um adolescente que comete um roubo juntamente com um adulto. O adolescente de 16 anos entra dentro de uma lotação, de um ônibus juntamente com um adulto de 21, 23, não importa a idade, desde que seja adulto, os dois armados cometem um roubo, um assalto a mão armada. Vamos pegar... O adulto vai ser processado lá na Vara Criminal. Qual vai ser a penalidade de regra, se ele não for reincidente? Cinco anos e quatro meses no regime fechado. Se ele cumprir um sexto da pena, vamos fazer um cálculo aqui por cima, um sexto de cinco anos e quatro meses é em torno de oito a nove meses. Nove meses ele vai cumprir no fechado, o restante no semiaberto. Já o adolescente, o mesmo adolescente que cometeu o mesmo ato junto com o adulto, vai receber uma penalidade chamada medida socioeducativa. Para quem pensa que a medida socioeducativa é algo muito maravilhoso e que não pune o adolescente, vou explicar para os senhores, que antes de um ano e meio, aqui no Estado no Rio Grande do Sul, esse adolescente não estará na rua. Ele estará dentro das unidades de privação de liberdade da Fundação de atendimento socioeducativo em dormitórios. “Ah, que bonitinho dormitórios.” O adolescente comete um crime vai para um dormitório. Um dormitório que só tem o nome de dormitório, mas são celas com grandes e cadeados. Convido quem quiser conhecer... Temos aqui um trabalhador da fundação de atendimento socioeducativo, devemos ter várias pessoas, convido as pessoas a conhecerem as unidades para verificar como são as unidades de privação de liberdade dos adolescentes que não se diferenciam muito das prisões. Outro exemplo, o exemplo do que a mãe trouxe do Victor, do adolescente que foi morto. Isso é importante que a gente pense. Foi um adolescente que matou o outro adolescente o Victor. Esse adolescente que cometeu o ato infracional tinha 17 anos 11 meses e alguns dias e aí saiu na mídia que ele não iria cumprir nenhum dia grande. Ora, que grande engodo da população. O adolescente que



comete um ato infracional pode ser privado da sua liberdade até os 21 anos de idade. Então, é mentira quando se diz que o adolescente não vai receber a punição porque ele está prestes a fazer 18 anos. Isso mostra um grande desconhecimento dos elementos que são trazidos para que nós possamos pensar. Eu não estou aqui querendo dizer: “Fiquem do lado da redução. Fiquem contra a redução.” Eu trago esses elementos para que nós possamos parar, pensar, verificar, estudar, conversar, verificar as situações, para que nós possamos sim tomar partido. Então esses dois elementos, para mim, são bem importantes. O terceiro elemento que eu acredito que a população receba isso também de forma, colocada de uma forma erroneamente, não sei se por má fé ou por desconhecimento de algumas pessoas que querem defender a redução, é de que em vários países do mundo a idade para responsabilização é menor do que 18 anos. Sim. Em vários países do mundo ela começa aos 14 anos. Vamos pegar um exemplo de um país que comece aos 14 anos, mas começa aos 14 anos para responder como adolescente. É uma responsabilização penal como adolescente. Dos 14 aos 18 responde como adolescente. Vejam bem, no Brasil a gente já pode punir a partir dos 12 anos. Então o Brasil, e aqui trago, se vocês pegarem livros, e vamos pegar dados concretos, vou citar para os senhores exemplos. A Alemanha pune a partir dos 14 anos como adolescente e como adulto só pune a partir dos 18. A Alemanha e a Espanha recentemente tinham reduzido de 18 para 16 e verificaram que em nada diminuiu a criminalidade. Pelo contrário, os índices continuaram os mesmos ou só aumentaram. A Alemanha e a Espanha... E podemos dizer que a Alemanha e a Espanha são países que estão, digamos, em um período mais avançado que o Brasil, hoje estudam aumentar a responsabilidade penal adulta para 21 anos de idade. Então o Brasil não está tão fora da realidade do cenário mundial. Vamos pegar outro exemplo de países considerados de primeiríssimo mundo. A Bélgica só pune como adolescente a partir dos 16 anos e só pune esses a partir dos 16 se forem crimes graves e só põe em privação de liberdade se forem crimes gravíssimos. Então, vejam bem, o Brasil, me parece, está um pouco até mais severo do que vários países do mundo. A Dinamarca só pune a partir dos 15. Lembram, o Brasil pune a partir dos 18. A Finlândia pune a partir dos 15. A França a partir do 13 anos como adolescente. Então não caíam no engodo de dizerem que a responsabilização penal em alguns países do mundo é aos 16 anos ou aos 14 anos. É aos 16 ou aos 14 como adolescentes. Aqui no Brasil é mais gravoso. Continuo dizendo, a partir dos 12 anos, nós podemos colocar adolescentes em privação de liberdade e temos exemplos dentro das unidades de atendimento socioeducativo aqui no Rio Grande do Sul. Então eu acho que nós podemos pensar que talvez o problema ou a solução, vamos imaginar aí, não passe pela questão da penalidade. Nenhum adolescente, e aposto para os senhores, nenhum adolescente de 12, 14, 16 anos vai pensar: “Poxa, se eu assaltar, eu vou parar o presídio, ou, se eu assaltar, eu vou para a FAS. Isso vai ser determinante para eu cometer ou não um delito.” Isso não vai ser determinante. Agora, o que vai ser determinante da mudança da criminalidade no nosso país? Investimentos pesados em políticas públicas básicas, educação, educação, educação, saúde, saúde, saúde. (Palmas) É isso que vai mudar, é isso que vai fazer do nosso país o que nós queremos, são fortes investimentos. Essa discussão, para encerrar mesmo, Rafael, veio em uma boa hora. É uma discussão que todo mundo tem algum posicionamento, ou a favor, ou contra. Talvez para disfarçar um pouco os debates sobre o escândalo da Petrobrás, sobre a Lava a Jato e outras operações se encobre com um véu de fumaça isso que deveria estar sendo punido com muito mais rigor e se traz a punição para os adolescentes como se fosse a pílula mágica que vai resolver todos os nossos problemas. Continuo dizendo, educação é a solução. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Muito obrigado, Sra. Cláudia Barros, dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Quero agradecer mais uma vez ter se deslocado de Porto Alegre e vindo até aqui prestigiar a nossa audiência pública. Mais uma vez um agradecimento a todos e todas que estão aqui presentes na nossa audiência.



Saudar o vereador Guila, as entidades presentes e na sequência vou chamar o primeiro inscrito, representando a Coordenadoria da Juventude, que já estava inscrito, e nós temos algumas inscrições. Quem ainda tem interesse em falar e não foi inscrito ainda, por favor, nossa assessoria vai pegar os nomes na sequência. De dois a três minutos, por favor.

SR. VINICIUS IRAÍ: Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o vereador Rafael, presidente desta Frente Parlamentar muito importante. Saudando a ele, saúdo a todos já citados. Bom, Rafa, eu vou ser bem rápido. Eu quero fazer duas manifestações. Uma no primeiro momento de repúdio, manifesto o repúdio que a gente levou no início do mês a nossa presidente Dilma Rousseff, lá em Brasília. Posteriormente, uma manifestação que eu escrevi como coordenador Municipal da Juventude. Digo, que foi bem difícil escrever essa minha opinião, mas eu defendo ela desde sempre, mas foi difícil por sexta passada ter sido assaltado a mão armada por um adolescente e um adulto. Vejo uma mãe contando, sei da dificuldade, e antes de fazer fui perguntar para minha mãe: “Mãe, se aquele adolescente tivesse me matado, tu continuarias sendo a contra a redução?” E ela deu o depoimento dela que continuaria sendo defensora, contra a redução da maioridade penal, pelos motivos dela. Bom, eu quero ler o manifesto do Encontro Nacional de Gestores da Juventude. Ele é um pouquinho longo, mas acho que é muito importante para todos os jovens saberem o que todos os gestores a nível nacional vêm defendendo de forma quase unânime.

Reunidos no III Encontro Nacional dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável entre os dias 07 e 09 de abril em Brasília, nós, gestores e gestoras de políticas públicas de juventude, viemos a público manifestar nosso repúdio à aprovação da admissibilidade da proposta de Redução da Maioridade Penas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Feral aprovada no último dia 31 março, através da Proposta de Emenda Constitucional 171/93.

Acreditamos que a PEC 171 é um ataque direto aos direitos fundamentais e individuais das pessoas humanas garantidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Este mecanismo visa violentar a proteção da Criança e do Adolescente garantida através de instrumentos legais nacionais e internacionais com as Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e Juventude/Regras de Beijing (ONU,1985); a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU,1989); e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Aprovar a admissibilidade da PEC significa abrir brechas legais atacando cláusula pétreia para desproteger uma população legalmente protegida pelo Estado Brasileiro.

Os argumentos utilizados para a aprovação da PEC 171 recorrem ao discurso do aumento da violência na sociedade, em especial os homicídios, e supostamente à impunidade reservada aos jovens que cometem infrações. No entanto, o total de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas por crimes contra a vida em 2012 foi apenas 9%, segundo Anuário de Segurança Pública, e neste mesmo ano para cada 100 mil habitantes, 100 adolescentes cumpriam medidas restritivas de liberdade, totalizando cerca de 20,532 mil jovens em medidas socioeducativas no nosso país.

A verdade é que as crianças, adolescentes e jovens são mais vítimas do que autores de crimes. Segundo o Mapa da Violência em 2012 os homicídios foram causa de 38% das mortes de jovens brasileiros, destes 53% tinham entre 15 e 19 anos. Pelos dados do índice de Homicídios na Adolescência, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mais de 33 mil brasileiros entre 12 e 18 anos foram assassinados entre 2006 e 2012. A pesquisa afirma que, se as condições atuais prevaleceram, outros 42 mil adolescentes poderão ser vítimas de homicídios entre 2013 e 2019.

Vale ressaltar que os índices de mortalidade e encarceramento atingem diretamente os jovens negros, de baixa escolaridade e com vulnerabilidade social. Neste caso o IHA também aponta que adolescentes negros ou pardos possuem aproximadamente três vezes mais probabilidade de serem assassinados do que adolescentes brancos.

Diante deste quadro, avaliamos como equivocada a redução da maioridade penal, pois a proposta trata da problemática da violência de forma superficial, sem levar em consideração que sua causa tem múltiplos fatores que envolvem desigualdades sócio-raciais, preconceitos geracionais e falta de políticas públicas nas áreas de segurança pública.

Acreditamos que ao invés de propor o encarceramento da juventude, os parlamentares do Congresso Nacional merecem dar atenção especial a fiscalização da implementação integral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, cobrar do sistema judiciário a elucidação dos casos de homicídios, que tem uma taxa vergonhosa de 8%, assim como se empenhar no combate ao extermínio da juventude negra, principalmente através da CPI sobre violência contra jovens negros recém instalada nesta Casa.

(Texto fornecido pelo orador.)



Esse manifesto entregamos a presidente Dilma Rousseff com a assinatura de mais 120 representantes de juventude do país. Agora eu vou passar só um pouquinho, eu passei a minha opinião da Coordenadoria da Juventude no papel, que eu acho que é uma forma de melhor me expressar. Segue:

Colocar nossos jovens na cadeia não diminuirá a violência, ela só diminuirá quando houver um sistema educacional forma ou informal que funcione sempre, com o início e fim, sem pensar somente em ideologia e sim pensando em nossas crianças.

Defendemos que em nossa sociedade todos os brasileiros construam um projeto sério de educação, principalmente na educação básica, com boas escolas públicas, onde ricos e pobres, negros e brancos, tenham as mesmas condições de ensino.

Temos a convicção de que com boa educação nossas crianças e jovens não entrarão na marginalidade e nas drogas e que com boas escolas públicas nossos jovens disputarão de igual para igual a entrada em faculdades e no mercado de trabalho.

Gostaríamos que nossos deputados e senadores estivessem agora discutindo uma reforma do ensino médio, discutindo uma melhor maneira de colocar o jovem no primeiro emprego, que cobrasse e fiscalizasse o grande número de jovens sendo mortos ou se prostituindo, entre outros assuntos, e não sobre a diminuição da maioridade penal, algo que países como Espanha e Alemanha provaram que a violência não diminuiu com esta lei.

Precisamos, como diz o meu amigo Chiquinho do Poeta Divilas, um dos principais ressocializadores da cidade de Caxias do Sul, ele me fala sempre: "Precisamos socializar nossa juventude para depois não precisar ressocializar."

Prezado presidente Rafael, desta Comissão, sabemos que nossos presídios, hoje, não conseguem ressocializar seus detentos, muitas vezes nossos presídios estão servindo, como diz o senso comum, de "faculdade do crime."

De que adianta simplesmente colocar o jovem atrás das grades sem um projeto educacional que permita a esses que, quando saíam do sistema prisional, voltem a ter uma vida normal?

De todos os atos infracionais praticados por adolescentes, somente 4% são homicídios. A grande maioria é danos ao patrimônio público, ou furto ou roubo. Esses atos infracionais são punidos com medidas socioeducativas.

Muitas vezes escuto, isso eu escuto muito mesmo, "Ah! Eu nasci em lugar pobre, sem estrutura, não tive oportunidade e mesmo assim não virei marginal." Não é porque muitos conseguiram não entrar no mundo do crime que desistimos daqueles que entraram. Muitas vezes entraram por não terem bons exemplos, por não ter uma educação de qualidade que proporcionasse o direito de competir de igual para igual por não ter garantia de seus direitos básicos.

"A sociedade que não oferece condições dignas para a juventude não tem direito de encarcerá-la.", principalmente quando esse projeto é levantado pelos deputados apelidados de "Bancada da Bala."

Como atual coordenador Municipal da Juventude da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção Social somos contra a redução da maioridade penal. Um Brasil que tem o seu *slogan Brasil, uma Pátria Educadora* precisa de educação para os seus jovens e não de retrocesso.

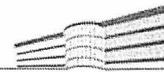
(Texto fornecido pelo orador.)

Obrigado a todos. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Vinicius Nascimento, nosso coordenador Municipal da Juventude. Chamamos a primeira inscrita a Shaiana Semprebon, aluna de Serviço Social da UCS, mas antes disso eu gostaria de fazer uma substituição aqui da Mesa. A Dra. Cláudia Barros terá que voltar para Porto Alegre. Então, convidamos o Dr. Sérgio Monteiro para compor à Mesa. Muito obrigado, doutor.

SRA. CLÁUDIA BARROS: Eu só queria agradecer e dizer uma frase que eu li esses dias: "Prisões são lugares caros demais para tornar as pessoas piores do que elas são." Então, nós temos que pensar em políticas públicas para como tratar as nossas penitenciárias e políticas públicas para nossos jovens das populações empobrecidas que não estudam e nem trabalham. Então nós temos que pensar sim. Educação já para todos. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, doutora. Por favor, Dr. Sérgio. Convidamos a Shaiana. Por favor, pode ser dali do microfone, Shaiana. O nosso assessor vai acompanhar você ali e ajudar no microfone. Em seguida, o Giancarlo Fontoura, advogado. Na sequência o Moacir Bressan, presidente do PSDB.



SRA. SHAIANA SEMPREBON: Então, boa tarde a todas e a todos. Na verdade, eu trouxe um texto aqui para ler e para contribuir com um debate bem no sentido de refletir sobre esse assunto. Esse texto não foi produzido por mim, ele é um texto que está na internet, é Maioridade Penal e o autor é Fábio Brazza, um jovem.

Maioridade Penal

É uma pena, querem aumentar a pena e diminuir a idade
Como se isso fosse diminuir a criminalidade
Mas isso só diminui a nossa sociedade, que não entende
Que o Brasil já é o 4º país do mundo que mais prende
Se prender resolvesse o problema, o problema já teria tido uma pausa
Mas nosso maior defeito é querer combater o efeito e não a causa
Quase metade da população não tem o fundamental completo
Mais de 13 milhões de jovens no Brasil são analfabetos
É fácil virar insano quando não se tem ensino
É fácil julgar o menino e pedir que a pena dobre
Ainda mais quando você descobre que é quase sempre preto e pobre
A diminuição não resolve a questão, só encobre
O moleque já é mil grau e nem tem o primeiro grau
Assassino em série, que nem passou da primeira série
Nunca foi levado a sério, mas só quando o ferro fere
É que o Estado finalmente interfere
Porque ninguém previne, só reprime?
Será mesmo que diminuir a maioridade, diminui o crime?
Por mais que o moleque não agrade, por mais que a punição seja necessária,
Não seria mais fácil coloca-lo na grade escolar que na grade carcerária
Repare! Nosso problema é bem maior
Afinal menos de 1% dos crimes são cometidos por um menor
E se o argumento é que o jovem já tem informação para a saber o que é certo
e o errado
Então que aumentem a pena dos políticos, pois eles são os mais bem
informados!
Mas não, pra eles a pena continua leve.
Acho que isso é só uma cortina de fumaça, pra não se mexer onde realmente
deve
Talvez o tema da pena valesse a pena se nossos jovens fossem cultos
Mas já que não podemos cuidar das nossas crianças decidimos tratá-los como
adultos...
É uma pena!

(Texto fornecido pela oradora.)

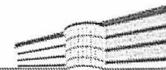
(Palmas)

Na verdade eu trouxe esse assunto, esse texto porque ele traz bastante pontos assim para a gente refletir sobre essa questão que é um retrocesso no nosso país se isso for aprovado. Então, queria dizer aqui que eu concordo plenamente com tudo o que está no texto. Queria ressaltar também que assim a responsabilidade penal, que é quando o jovem é responsabilizado de alguma forma, e como já foi falado, que no Brasil começa sim a partir dos 12 anos, para reforçar isso. Então reforçar também que o adolescente o que ele precisa? Precisa de cultura, de lazer, de políticas públicas de prevenção, investimento na saúde e na educação. Era isso que a gente poderia estar falando agora, sobre como investir mais na prevenção e não simplesmente diminuir a maioridade penal. Muito obrigada. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Shaiana, só uma informação aqui da Mesa. Este texto que tu leste é de tua autoria?

SRA. SHAIANA SEMPREBON: Não. Eu tinha comentado no início que ele não é meu. Ele é do Fábio Brazza.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Todas as leituras que utilizarem o microfone, o Vinícius, a Shaiana, por favor, se vocês puderem fornecer para nossa assessoria, para depois a gente colocar para ser enviado para o Congresso Nacional, para o Senado e para a nossa presidente Dilma. Chamamos na sequência o Giancarlo Fontoura. Depois o Moacir Bressan. Por favor. Se o senhor quiser ocupar a tribuna que fica mais perto.



SR. GIANCARLO FONTOURA: Boa tarde a todos. Agradeço o convite da Frente Parlamentar, em especial a vereadora Denise Pessôa. Ao saudar o presidente da Mesa, Rafael Bueno, saúdo os demais vereadores e os representantes da Mesa. Senhoras e senhores, tem se falado na questão da redução da menoridade penal. Eu não vou aqui tratar da questão da inconstitucionalidade, porque eu acho que todos já viram que é uma cláusula pétreia, mas eu quero falar da questão do debate. Eu vejo que o debate que a gente está tendo aqui é um debate falso frente a um problema verdadeiro. Qual é o problema? O jovem de hoje tem plena consciência do ato infracional que ele faz. O problema está nas medidas socioeducativas que a gente tem na atualidade. Falo isso por quê? No discurso de Bonifácio Andrade, em 1823, quando ele começa a criar um Código Penal, ele diz: “A escravidão não é a solução para a gente ter paz.” E a gente pode trazer isso para os dias de hoje, substituindo a palavra escravidão e trazendo para a questão da miséria e da pobreza. Os adolescentes hoje vivem em uma situação precária sim, mas não só aqueles. Há adolescentes que têm certo poder e cometem atos infracionais. O Código Penal, por exemplo, sofreu 133 reformas até o dia de hoje. Eu pergunto, alguma delas diminuiu a criminalidade no país? Não. A mídia fala muito na questão da votação aos 16 anos. O Brasil, como aqui já foi dito, tem a sua responsabilidade penal juvenil, e assim deve ser encarada, não há um discurso, e eu acho que este discurso está errado, de que com o menor não dá nada. Dá sim! Dá uma internação hoje até três anos. A Lei do SINASE faz com que ela tenha uma revisão da sua medida de seis em seis meses. Eu vejo um problema na questão do ECA. O que acontece? Se um adolescente hoje chegar aqui na rodoviária de Caxias do Sul com 10 quilos de cocaína, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ele não pode ficar internado em uma medida socioeducativa mais extrema, como também não deveria ficar internado, nem provisoriamente. O Estatuto não prevê a possibilidade de internação desse jovem, apesar de muitos juízes internarem ele, numa interpretação muito sistemática, usando argumentos do próprio Código Penal. Eu vejo que isso está errado dentro do Sistema Penal Juvenil e é assim como eu encaro. A sentença de hoje do adolescente peca em quatro graus. Ela não é proporcional. O juiz quando aplica não tem uma base para dizer se aquele adolescente pode cumprir aquela medida e se aquela medida era necessária àquele adolescente. Então é isso que traz para a sociedade esse sentimento que essa mãe teve aqui do lado, de que com o adolescente nada acontece. Eu vejo dois casos bem graves, que é o caso do Champinha e de um adolescente que a gente passou, eu era assessor em Porto Alegre, um adolescente tinha um transtorno chamado Transtorno Borderline. Essa adolescente tinha seis folhas de antecedentes infracionais dentre os quais sempre eram lesões corporais. Aonde colocaríamos essa adolescente? Ela não pode ficar dentro de uma FASE³ e também não pode ser solto. Qual casa? Aqui no Estado do Rio Grande do Sul não temos nenhum tipo de casa. Só em São Paulo existe uma casa capaz de tratar esses adolescentes que sofrem de transtornos psicológicos. Por fim, eu quero ressaltar o seguinte, hoje o Brasil é 7ª economia mundial, mas nós temos os pés de barro, por quê? A exemplo da Coreia do Sul, 18% dos seus adolescentes não estão em faculdades. Aqui no Brasil apenas 18% conseguem chegar a uma faculdade. Eu vejo que esta é a melhor reforma, como foi dita pela Dra. Cláudia. A educação em tempo integral ao adolescente que se encontra dentro da FASE e aquele que está fora da FASE. Essa é a melhor medida, jamais reduzir. Muito obrigado. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Muito obrigado, Giancarlo Fontoura. Moacir Bressan. Pessoal, só para deixar claro aqui, o tempo é de dois a três minutos, porque tem mais alguns inscritos. Eu peço, se possível, quem está na plateia, ali no Plenário, por favor, que se puder falar... Daria até para a gente ganhar tempo. Então, na sequência do Moacir Bressan, Suzana de Mello e a Fernanda Facchin.

SR. MOACIR BRESSAN: Boa tarde a todas e a todos. Cumprimentando o vereador Rafael Bueno. Quero cumprimentar à Mesa, os debatedores, os vereadores, a vereadora aqui presente e todos aqui

³ Fundação do Atendimento Sócio-educativo



presentes. Eu ouvi em diversos debates, e cumprimentar o Rafael por este debate feito em Caxias do Sul, não só aqui em Caxias, mas através de TV, rádio, que dizem que reduzir a menoridade penal se atribui todos os crimes aos menores. Isso não é verdade. Se atribui a responsabilidade a quem pratica o crime. Concordo plenamente quando tem que existir mais saúde, mais educação, mais preparo para realmente os jovens não cheguem aos crimes. Mas quantas e quantas vezes nós vimos que junto com adulto de 25, 30 anos tem um jovem de 16 anos e sempre quem está armado é o jovem de 16 anos. Dificilmente o adulto assume esse crime. Eu tenho certeza que isso é a minoria. Tenho certeza que todos os jovens aqui presentes não entram nessa estatística, mas infelizmente nós temos esse problema. Minha opinião, se nós reduzirmos, conseguiremos talvez reduzir os crimes, porque hoje um jovem de 16 anos já é um homem feito, já de uma estatura bastante avançada, que tem coragem de cometer um delito. Por isso que eu sou a favor da redução da maioridade. Muito obrigado e parabéns pelo debate. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Moacir Bressan, presidente do PSDB. Passamos a palavra a Suzana de Mello, na sequência a Fernanda Facchin Fioravanzo. Por favor, Suzana. Tem que ligar o microfone.

SRA. SUZANA DE MELLO: Boa tarde a todos. Eu tenho dois problemas a relatar. Eu sou a favor da pena. Uma, eu tive um irmão assassinado por um menor. Esse menor não cumpriu pena nenhuma. Eu levei uma facada na bacia com 41 anos por um menor, eu nunca mais pude ter filhos. Agora eu pergunto, o menor tem direito a ir votar, colocar toda essa gente para ganhar salários altos? Tem responsabilidade? Então, ele tem que assumir seus atos e ter a responsabilidade de pagar o que ele faz. Não faz 15 dias, quem lê jornal aqui em Caxias viu que na Rua Stefano Paternó, no Bairro São Ciro II, foram encontrados armamentos pesados, drogas, roubo de carros, horrores. Tinha cinco maiores e seis menores junto. A Brigada nem sequer pegou os menores. Os maiores levaram e no outro dia já estavam no bairro aprontando. Então eu faço uma pergunta a todos vocês dessas ONGs, essa senhora aí do Poder Judiciário falou ao público aí. Que mentira é essa que ela aplica para nós dizendo que existe carceragem para menor? Não existe. E que ela luta por creche para crianças... Mentira! Eu tenho um monte de sobrinhos procurando creche para as mães poderem trabalhar e não existe isso. Então, eu penso o seguinte, quem é contra a redução que leve para casa essa gente e crie. É a melhor maneira de solucionar, porque eu estou à mercê desses bandidinhos na rua, a população está à mercê. Deu tempo? Que bom que deu tempo.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Suzana de Mello. Passamos a palavra a Fernanda Facchin Fioravanzo, Conselho Regional de Psicologia. Na sequência o Volmar Offmaister. Por favor, Fernanda.

SRA. FERNANDA FIORAVANZO: Boa tarde. Meu nome é Fernanda Facchin Fioravanzo. Sou uma das colaboradoras do Conselho Regional de Psicologia e mais especificamente da Subsede Serra. Há quase dois anos e meio eu sou concursada pela Superintendência dos Serviços Penitenciários e atuo na Penitenciária Industrial aqui de Caxias do Sul. O Conselho Federal de Psicologia vem estabelecendo posicionamentos contrários à redução da maioridade penal desde que essa questão começou a ser colocada em debate. Foram lançadas 22 PECS ao longo destes anos, desde o processo de Redemocratização do Brasil, favoráveis a redução da maioridade penal. Desde esse princípio o Conselho Federal de Psicologia vem estabelecendo posicionamento contrário. Além da gente realizar pesquisas e também ter uma leitura sobre todas as pesquisas que são realizadas pelo mapa da violência no Brasil, pelo Sistema Nacional Socioeducativo, e outros levantamentos que são feitos, a gente também tem uma comissão interna no Conselho Regional de Psicologia e no Conselho Federal para a realização dessas avaliações. Então, entre os dados que se destacam é que 3,5% dos adolescentes no Brasil são responsáveis pelo cometimento de delitos, mas o que é levado a mídia é que é muito mais do que isso. Então, a gente tem que avaliar, quando se pensa na redução da maioridade penal, quem é a população que está sendo



criminalizada para estar colocando em vogo a redução da maioria penal. A gente não está levando em consideração que o total da população brasileira de jovens que formam o Brasil vai ser responsabilizada por conta de uma minoria que comete o crime. E quem é essa minoria? Em geral é a população pobre e negra. Hoje atuando no sistema prisional a gente tem dados aqui no Rio Grande do Sul quase 80% da nossa massa carcerária é de jovens que pela Organização Mundial da Saúde é estabelecida a faixa-etária de 18 a 29 anos e essa população em geral está ali por crimes de homicídio e tráfico. Mas sob que condições essa população viveu até chegar ao cometimento do crime? A população que a gente acompanha sobre tudo é a população que está marginalizada. Aquelas pessoas que têm outras condições econômicas em geral não estão no sistema prisional. Então, eu deixo aqui essa reflexão e esse nosso posicionamento. Obrigada. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigada, Fernanda Facchin, do Conselho Regional de Psicologia. Por favor, Volmar Offmaister e depois Michel Sonda.

SR. VOLMAR OFFMAISTER: Boa tarde. Meus cumprimentos ao presidente dos trabalhos e extensivo a todas as pessoas aqui presentes. Eu me preocupo bastante quando eu ouço decisões palacianas que lá nos gabinetes se baseiam em percentual disso, percentual daquilo, que isso não vai resolver aquilo, que aquilo não resolver isso. Realmente, eu com praticamente 50 anos de trabalho na comunidade. Fui presidente do CPM e na década de 80, me permite colocar um espaço que não é bem pertinente ao assunto. Mas eu gostaria de reportar isso. Na década de 80, eu fui eleito presidente dos CPMs das escolas do município. Eu apresentei um projeto na Câmara de Vereadores de então, não vou citar o nome do vereador que nos atendeu, para colocar educação de trânsito nas escolas como matéria curricular. Não aquelas palestras, que também são boas, mas não é aquilo que a gente queria. Queria uma educação de trânsito que ensinasse que o pai ao dar a mão para o filho para atravessar a rua levasse o filho na faixa de segurança e não transitasse com o filho no meio dos carros. Vocês estão conseguindo captar o que eu quero dizer? A educação, gente, começa de casa. Eu sinto muito quando eu vejo os professores lutando por um salário melhor. Isso não podia acontecer. Na minha época, que tem gente mais ou menos da minha idade aí, o professor era respeitado com uma alta autoridade. Hoje criança joga agenda na cara do professor, cospe na cara do professor, enche o professor de nome, quero dizer palavras de baixo calão, e o Brasil assiste tudo isso de braços cruzados. Que país é esse, minha gente? Ao invés de nós estarmos aqui debatendo as melhorias deste país, nós temos que nos preocupar com os menores que estão matando, assaltando, que estão fazendo vítimas e aí por fora as pesquisas, que para mim não leva a lugar nenhum. Pesquisa é aquela de uma mãe chorando, enchendo o cachão de lágrimas, isso que é pesquisa. Isso que é pesquisa! Os políticos, eu não quero generalizar, pelo amor de Deus não me entendam mal, mas os políticos que defendem esses marginais deveriam tomar outra posição. Eu sinto que eu teria mais alguma coisa para dizer, mas o tempo é muito curto. Só quero dizer uma coisa, gente. Esses marginais têm que ser responsabilizados. Eu não estou dizendo que eles vão para trás das grades, mas um país que constrói uma Copa do Mundo em cima do poder público, do poder dos pobres em 15 dias, um mês, dois meses eles fazem um estádio de futebol. Por que não fazem casas para esses menores ficarem atendidos psicologicamente para não voltarem para as ruas delinquir. Isso que me leva a uma indignação, por favor... Muito obrigado. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado. Michel Sonda representando o deputado estadual Adilson Troca. Tempo de três minutos, por favor, que ainda nós temos oito inscrições.

SR. MICHEL SONDA: Boa tarde a todos. Queria inicialmente parabenizar esta Comissão e o vereador Rafael Bueno pela condução dos trabalhos. Acho que é importante nós iniciarmos essa discussão. Através dessa discussão da maioria penal, automaticamente, outros assuntos deverão estar em pauta. Nós estamos falando e mencionando que a redução da maioria penal incharia o sistema carcerário



brasileiro que já está falido há muitos anos e que não há investimento público em nenhum setor. Nós teríamos que paralelo à diminuição da maioridade penal discutir a reforma do Código Penal e de Código de Processo Penal. São códigos antigos. O que nós estamos buscando não é a redução da maioridade penal, mas é a questão da punição. Obviamente que alegam que a medida não deverá acabar com a violência. Mas isso não é o objetivo da proposta da redução da maioridade penal. O objetivo, a violência não é causa é uma consequência. As leis não servem para evitar crimes, mas para puni-los. Eu confesso que cheguei aqui hoje com uma opinião totalmente favorável a redução da maioridade penal. Mas ouvindo alguns discursos, ouvindo algumas colocações, acho que essa minha opinião ainda poderá sofrer alguma alteração. Não digo que... (Palmas) Que eu tenho a opinião totalmente formada e por isso que esse debate vem para acrescentar e para agregar. Nós precisamos repensar muitas coisas, mas nós não podemos mais passar a mão na cabeça daqueles que cometem crimes. Em relação a isso, eu acho que hoje a fundação, o CASE infelizmente não cura ninguém, ele não ressocializa ninguém da mesma forma que o presídio também não socializa. É importante sim investimentos na educação e duvido quem aqui neste plenário é contra investimento de educação. Agora, dizer que o Brasil, pátria educadora, inicia o seu governo com R\$ 9 bilhões de corte na educação, não é preocupação a educação deste país? Então, nós temos que levar em conta. Nós temos que trabalhar também a questão de debates da privatização dos presídios. Hoje o governo federal e os governos estaduais não têm mais condições de se manter os presídios, é um custo altíssimo. Hoje pelos dados que se tem do próprio CASE cerca de R\$ 1.500,00 por mês custa um menor. Porque são seis refeições diárias, café da manhã, lanche, almoço, café da tarde e janta. As pessoas entram e daí chegam no final de semana, é por isso que as pessoas 93% são favoráveis a redução da maioridade penal pensam que não há impunidade. Porque o jovem que lá está tem o duto de Natal, tem o duto de Páscoa, final de semana ele é liberado para o convívio familiar e volta na segunda-feira. Só que nós temos que ter cuidado que nesse final de semana ele comete novos crimes que muitas vezes não são apurados. Mas parabéns mais uma vez pelo debate. Parabenizo a Câmara de Vereadores por trazer esse assunto em pauta. Parabenizo todos os membros desta Comissão e que vamos aprofundar ainda mais o debate. Não é porque ninguém 93% da população é favorável é que nós devemos ser favoráveis ou contrários. Mas que se amplie o debate e que se faça a opção melhor. Muito obrigado. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Michel Sonda. Se esse debate já valeu para mudar a tua opinião então valeu os argumentos de quem estava aqui na Mesa, de quem está falando até agora. Daniel Corrêa, por favor, representando o deputado federal Mauro Pereira.

SR. DANIEL CORRÊA: Obrigado, Rafael. Gostaria de parabenizar vossa senhoria por esta audiência marcada pelo alto nível das discussões e gostaria de dizer o seguinte, em nome da Paula Ioris, sentada aqui ao meu lado, e do seu esposo Rogério, sentado na plateia, vítimas da violência, eu pediria uma pausa para vocês pensarem nas vítimas da violência. Naquelas pessoas que perderam filhos assassinados, que têm que carregar caixão de um pai e de uma mãe e que são vítimas também de menores entre 16 e 18 anos sim. Essas pessoas clamam por uma pena mais justa, mais adequada, principalmente para crimes hediondos, estupro, assassinatos qualificados, latrocínio, tráfico de drogas. Noventa e três por cento da população clama por penas mais justas. Isso tem que se levado em conta sim, mesmo que esse debate não agrade muitas pessoas. Por fim, eu só gostaria de ler um trecho de um artigo público, que o deputado federal Mauro Pereira é a favor da redução da maioridade penal sim, no qual ele explicita alguns dos seus argumentos. Diz o Mauro:

A certeza da impunidade gera mais violência. Os jovens com menos de 18 anos têm absoluta consciência de que não podem ser presos e punidos como adultos. Por isso, continuam a cometer crimes, já que as penas impostas a eles são pequenas e inadequadas, principalmente para crimes graves como foi citado anteriormente. Esses



jovens também estariam com a redução da maioridade penal menos expostos a aliciamento de quadrilhas, que historicamente recrutam eles para a prática de crimes.

Com a diminuição da maioridade penal, as famílias se preocuparão mais com a educação dos filhos, mostrando caminhos da vida em comunidade, conscientizando-os do bem e de que é preciso ajudar a melhorar a sociedade. Uma legislação mais severa servirá de exemplo e agirá como inibidor da prática de crimes sim. A falta de punição adequada à medida do crime gera mais violência e insegurança.

As famílias, nós, pais, irmãos, tios, amigos, todos terão até 16 anos para ajudar de forma decisiva na educação desses jovens, apontando caminhos, mostrando que há possibilidades fora do crime, primando pela moral, pelo respeito, pela ética nas relações e pelo trabalho. A prevenção, uma lei de responsabilidade familiar, que seria a redução da maioridade penal, servirá, será fator decisivo para que esse jovens não cometam crimes e não tenham que ficar enclausurado, seja no CASE, seja em presídios.

(Texto fornecido pelo orador.)

Por fim, teve uma sugestão aqui de uma palestrante em visitar o CASE para ver como os menores estão se ressocializando, eu deixo outra sugestão. Vamos visitar um pouco a família das vítimas da violência. Obrigado. (Palmas) (Manifestações nas galerias)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Eliane Rosa, coordenadora do Fórum DCA, por favor.

SRA. ELIANE ROSA: Pessoal, eu não quis falar naquele microfone, porque eu estaria olhando só para a Mesa e eu acho que quem tem que discutir isso é todo mundo. Então, por isso, que eu não quis. (Palmas) Eu estou há 22 anos na área social, coordeno o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, que são as ONG's, é a discussão de lei das ONG's. Então, eu me sensibilizo com a dor de cada uma e a nossa dor é sempre maior. Perder um filho, perder um parente, perder alguém para o crime é muito ruim mesmo.

Mas, gente, eu não posso deixar, eu não posso me furtar de me sensibilizar com as mães dos jovens que estão cometendo esses crimes. As pessoas não se deram conta, e para quem está na área social sabe, que trabalha lá no bairro, no chão lá, sabem o que eu vou dizer. Um dos maiores motivos que a criança, que o adolescente entra no crime, alguém sabe? Falem com vários adolescentes que entraram no crime com 13, 14 anos e vocês vão saber o que eles vão dizer. Eles vão dizer que os caras são legais, os caras pagam coisas, os caras convidam eles para sair. "Eu fui passear de carro com eles. Eles são os meus fuchas. Eles é que são os meus amigos." Começa assim em uma grande maioria das vezes. Outra coisa, tem o consumismo, aí entra a droga e tal. Só que assim, gente, pensaram que se diminuir a idade penal vai também diminuir a idade que as crianças vão entrar no crime? Pensem sobre essas mães também. Porque se hoje a idade penal... E os meninos são usados sim, gente. Eles são usados para serem os laranjas do crime, sei lá que nome podem dar para isso. Se diminuir a idade penal onde adolescente de 16 anos vai para a cadeia, e diga-se de passagem, gostaria que alguém aqui dissesse que vai sair um adolescente melhor. Porque as cadeias estão indignas para os piores adultos. O que vão sair da cadeia? Um adolescente infrator em potencial. Porque ele vai aprender com o adulto. (Palmas) Então assim, pessoal, comecem a olhar, eu acho que é importante. A gente se sensibiliza com as dores. Eu também tive dores na família em função disso, mas infelizmente o que a gente tem que fazer não é a dor de um ou de dois, é todo o Brasil, gente. Caxias do Sul, vocês sabem quantas crianças tem em Caxias e quantas crianças estão na rua e quantas não têm a chance que os outros tem e quantas não podem deixar de sair na hora que os nossos filhos podem ficar em casa ou que nós vamos levar ele? É muito maior essa discussão. A gente está sendo levado em uma onda. Por que essa discussão agora? Para quê discutir isso agora com tanta coisa que está sendo discutida por aí? Por que essa força na discussão da idade penal? Será que a gente vai permitir que essa discussão da idade penal aconteça agora neste momento em que o Brasil está discutindo muitas outras coisas? Pessoal, assim, eu penso que pena que são 93% das pessoas que estão apoiando. Essas pessoas não conhecem, essas pessoas não se envolvem, essas pessoas só sentem a dor delas. Eu convido a todos que são a favor da idade penal que comecem a olhar para o próximo, comecem a olhar para mãe daqueles adolescentes que vão começar a entrar no crime antes. Para finalizar, já estou



no fim, eu só vou ler o sinalzinho de uma frase: *Nossos esforços deveriam estar voltados em como exigir que o estado aumente o investimento da proteção básica da criança e do adolescente. Isso sem dúvida diminuiria a criminalidade em qualquer idade.* Obrigada. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Elaine. Ana Maria Pincolini, do CREA.

SRA. ANA MARIA PINCOLINI: Boa tarde a todos. Eu sou Ana Maria Pincolini, vocês estão me ouvindo, concordo com a Eliane. Cumprimento ela porque eu estava pensando a mesma coisa. Então, venho aqui na frente. Mas antes de citar a entidade eu preciso dizer que eu estou muito feliz com essa proposta, parabenizar esta Casa. O ano passado a gente veio duas vezes a esta Casa divulgar a elaboração do nosso Plano Municipal de Medidas Socioeducativas de Caxias do Sul. Não tínhamos tantos vereadores e fico feliz de ter muitos aqui neste momento, enfim, e agora esta Casa que chama para nós falarmos da questão das medidas socioeducativas. Eu me senti... Tenho falado muito neste assunto. Então, não estava querendo falar, mas me senti na obrigação porque ninguém aqui falou do meio aberto. Acho que temos que informar sobre o meio aberto. Fico triste que algumas pessoas para as quais eu queria estar falando agora já foram embora. Que foi aquele vereador que está estudando mudar a sua opinião, mas aquela senhora que se manifestou e mais aquele senhor que, se não me engano, era presidente de um partido. Eu gostaria que eles conhecessem, e quero convidar também a conhecerem o que é feito nas medidas socioeducativas em meio aberto em Caxias do Sul. Eu coordeno o CREAS, Centro de Referência Especializado de Atendimento Socioeducativo de Caxias, que pertence a FAS, onde nós temos hoje, atendemos em torno de 190 a 225 adolescentes em medida socioeducativas. Quando o adolescente comete um ato infracional ele pode sofrer uma advertência aplicada pelo poder judiciário, a obrigação de reparar o dano, a liberdade assistida ou a prestação de serviços à comunidade. A gente tem adolescentes que recebem penas, são medidas de seis meses de liberdade assistida, indo toda a semana conversar com o psicólogo, conversar com o assistente social, refletir sobre as escolhas de vida que fez até então, participar de grupos. Todo adolescente que vem até nós tem um Plano de Atendimento Individual, o PAI, que prevê que ele tem que fazer tais e tais cursos, que ele tem uma série de encaminhamentos a cumprir. Então, eu gostaria de convidar os senhores vereadores, a população, a visitar o nosso CREAS, a conhecer o trabalho que a gente faz toda a semana. Alguns adolescentes recebem um ano e meio. Que preso adulto fala com o psicólogo, com a assistência social, com a educadora social sobre o seu ato toda semana durante um ano e meio? Que preso adulto reflete sobre as suas escolhas durante esse tempo? Também temos a prestação de serviços à comunidade, onde o adolescente que cometeu o ato infracional vai prestar tarefas de interesse geral. Fica seis meses, um ano, prestando serviço gratuitamente para um local público, reparando, devolvendo um pouco daquilo que ele fez. Será que essas medidas não funcionam nenhum um pouco? Será que conversar um ano e meio com uma pessoa não funciona? Então, a gente respeita a dor das pessoas que sofrem violência, seja de adulto ou de adolescente, ninguém gostaria que a violência existisse. Mas que conheçam o meio aberto. O meio aberto também tem um papel importante. Tem fragilidades. Estou preocupada com o tempo, então estou falando rápido. Tem fragilidade sim, mas acho que a gente vai superar alguma. O ano passado, a gente fez o nosso Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo que eu divulguei junto com muitos de vocês duas vezes nesta Casa. Aprovamos este plano e ele prevê um atendimento mais integrado entre as áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, esporte e lazer. A gente está construindo parcerias. Construimos semana retrasada com a segurança pública. Então, com a Coordenadoria da Juventude estamos construindo parcerias para diversificar o atendimento que já prestamos no CREAS. Então, conheçam o nosso serviço, deem sugestões para o nosso serviço. Mas a gente trabalha e trabalha muito para socializar esses adolescentes, para ressocializar. Então, não esqueçam que existe um meio aberto e que ele faz um trabalho extenuante até. Pensem que em



uma população de 500 mil habitantes tu ter sempre entre 190 e 225 dá menos que meio por cento da população. Então, muito obrigada. Era isso. Vão nos visitar. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigada, Ana, representando o CREAS. Pessoal, eu recebi uma informação que nós podemos, vereadora Denise, aprofundar um pouco mais o debate. Transferiram para o plenarinho aqui da Câmara a formatura do Trabalho 10, do Banco do Vestuário. Então, se tem alguém presente aqui do Banco do Vestuário, por favor, é aqui embaixo. Vereador Pedro Incerti, também que estava presente, vai ter que retirar, mas muito obrigado pela presença, vereador Pedro Incerti. Passo a palavra ao Vanderlei Luz. Na sequência Rosane Formolo da Silva, representando o Conselho Tutelar.

SR. VANDERLEI LUZ: Boa tarde a todos. Da mesma forma que a Ana e a Elaine, acho importante falar de frente para vocês. Acho que é importante esclarecer algumas questões com relação às medidas socioeducativas. Em primeiro lugar as medidas de internação e semiliberdade são de responsabilidade do estado, as medidas em meio aberto são de responsabilidade do município. É importante distinguir bem porque as de meio fechado são sim uma forma de prisão só que previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente como medidas socioeducativas, porque eles estão sim restritos de liberdade. Eles não podem sair e não podem sair no fim de semana também. Eles só podem sair se eles tiverem uma progressão de medida determinada por um juiz. Então, portanto, eles podem sim ficar até três anos presos sem a possibilidade de sair. Mas algumas questões a gente tem e é importante ressaltar. Primeiro, quando um adulto é preso só é preso pelo Código Penal em flagrante delito ou depois do processo tramitado e julgado. O adolescente não. O adolescente pode ser preso sem ser em flagrante e ele fica por 45 dias em internação provisória. Qual é a grande diferença e um dos grandes trunfos do Estatuto da Criança e do Adolescente? O juiz é obrigado em 45 dias a julgar aquele adolescente. Como é que funciona com o adulto mesmo? O adulto mata uma pessoa, e eu tenho casos aqui diversos que passaram nos jornais e na TV, em Caxias inclusive, um que matou uma pessoa muito conhecida, que era modelo, e ele ficou três ou quatro anos respondendo em liberdade. Não existe isso com criança e adolescente. O adolescente quando ele é preso é imediatamente julgado, porque o juiz é obrigado a julgar em 45 dias e ele passa a cumprir a pena dele, que é a medida socioeducativa, a partir daí. É fundamental a gente compreender isso, porque um adulto não vai preso. Porque é importante que o adolescente seja assim preso, porque ele está em formação, está construindo a sua personalidade e naquele momento é necessário dar o limite para o adolescente e dizer: "Opa, deu, chega. Agora tu tens que parar. Tu tens que ficar aqui por esse período de tempo, porque tu cometeste um crime e um crime não é assim não, que não dá nada. Dá sim!" E é assim que funciona o sistema de justiça juvenil neste país. Qual é o problema que nós temos? O problema que nós temos é que as pessoas que, por exemplo... Vou dar um exemplo prático para as pessoas entenderem aqui. Há poucos dias atrás dois jovens roubaram um carro, se alcoolizaram, se drogaram, tombaram o carro em uma estrada da região. A Brigada pegou eles e o que fez? Entregou para o Conselho Tutelar. Mas que equívoco é esse? Um brigadiano não compreender que um adolescente está cometendo um crime e que ele sim tem que pagar, ele tem que ser levado para o delegado, que vai ser levado para o Ministério Público, que vai ser levado para o juiz. Ele vai ser julgado sim e ele vai ser punido naquela hora. Ele não vai ser punido daqui três anos, daqui cinco anos, como é feito com o adulto neste país, quando é feito. Porque político neste país... E é isso que está acontecendo. Está sendo encoberto, porque nós temos a rouboalheira do metrô de São Paulo, o mensalão do DEM, o mensalão do PSDB, temos o lava jato. Cadê a prisão dessas pessoas? Tem duas ou três pessoas presas. Esse momento de trazer essa discussão é sim de fazer uma cortina de fumaça em cima dessa questão e dizer que os adolescentes não são punidos. É uma grande mentira. Pode ser que tenha alguns estados, e outro dia apareceu o Rio de Janeiro largando os adolescentes na rua por equívoco do governo e das autoridades lá que não implantam o Estatuto da Criança e do Adolescente nos seus estados. Mas aqui no Rio Grande do Sul a gente está aos pouquinhos



conseguindo fazer isso sim. Nós temos, além do que a Ana colocou nas medidas em meio aberto 82 adolescentes no CASE e 13 no Centro de Atendimento Socioeducativo que eu coordeno em semiliberdade. Qual é a grande diferença que tem? Além de ele estar preso, de estar restrito de liberdade, é fundamental a gente saber que vai ter uma equipe técnica que vai acompanhar o desenvolvimento daquele adolescente para que ele possa evoluir sim, para que ele possa fazer as discussões que ele não faz na sua casa, que ele não faz na sua comunidade. É assim que a gente vai mudar este país, é executando o Estatuto da Criança e do Adolescente e não agora engavetando uma discussão que vem sendo feita há mais de 30 anos e a gente não conseguiu ainda estruturar. Há 25 anos que o Estatuto está em vigor e nós não conseguimos estruturar o Estatuto nos nossos estados. Então, é fundamental a gente compreender isso. É fundamental a gente compreender que tem mais um projeto de lei na Câmara e eu quero ver os deputados aprovarem isso. Eu quero ver o nosso deputado que estava aqui com representante aprovar lá, que é aumentar a pena em até três vezes do adulto que usar um adolescente, uma criança em um crime. Eu quero ver isso passar lá. (Palmas) Aí sim a gente vai ver mudar este país. O adulto que usa um adolescente em um crime tem sim que pagar pena tripla, senão em quintuplo. Aí nós vamos começar a mudar de verdade. Agora, dizer que o nosso trabalho não é efetivado. Eu posso dar exemplos práticos e concretos do dia a dia de um adolescente que hoje com 12 anos está lá conosco, por quê? Porque quando ele tinha um ano e meio o pai dele foi assassinado e ele estava no colo do pai. Como que esse jovem vai se desenvolver de forma adequada em um ambiente desses faltando educação, faltando estrutura e falta muito em Caxias apesar nós termos avançado muito. Temos muitos bairros desguarnecidos de proteção, de creche, não só de escola, principalmente, de creche e de atendimento do turno inverso da escola. Se nós conseguirmos isso, aí sim a gente vai poder fazer uma coisa que nós vamos ter orgulho. Porque nós temos que ter orgulho do que a gente faz. Eu acho que o atraso que vai ser uma redução da idade penal é uma coisa impensável para gente, pessoal. Vocês imaginem um adolescente, como esse que eu citei que está lá comigo com 12 anos, daqui a pouco ele ser guardado com os adultos. O crime que ele vai cometer vai ser muito maior do que ele fez agora, que foi um furto. Eu quero dar outro exemplo do próprio EUA. Já tem diversos dados sobre isso. A redução da idade penal nos EUA, não que tenha aumentado o número de delitos dos adolescentes, mas aumentou a forma. Ao invés do assalto passou a ser o estupro, ao invés do assalto passou a ser o latrocínio, ao invés do assalto ou do furto passou a ser um homicídio. Vai aumentar e vai sobrar para nós de novo a população que tem clareza do que está acontecendo neste país neste momento. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Vanderlei Luz, pela propriedade que abordou o tema. Rosane Formolo, conselheira tutelar, por favor, representando o conselho. Na sequência o Ivan Bisol, presidente do Conselho Municipal da Juventude.

SRA. ROSENE FORMOLO: Inicialmente dizer que é muito bom ver aqui nesta plateia a Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente da cidade de Caxias do Sul e lideranças do nosso município. Isso mostra o quanto se trabalha sim na proteção também desse município. O Conselho Tutelar não pode deixar de dizer aqui algumas coisas, dentre elas, o Vanderlei falou, a Ana falou, a Eliane falou, a Raquel, a Dra. Cláudia, mas enfim, o adolescente, gente, nós precisamos entender que ele é responsabilizado sim pelos seus atos a partir dos 12 anos através do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso já tanto a Ana falou quanto o Vanderlei e não precisa estar repetindo. Acreditamos que realmente operacionalizado, colocado em prática o Estatuto se consiga então responsabilizar de uma forma mais adequada. Paula, assim, a gente respeita a dor de cada um com certeza. Por isso que acreditamos na responsabilização desses adolescentes, certo? Em todas as situações que chegam a nós no Conselho Tutelar onde a outra pessoa foi vítima do adolescente, com certeza, nós orientamos a eles que precisam tomar providências no registro de ocorrência da situação para que a partir disso então comece a andar um processo contra esse



adolescente. Porque também a ideia de que não dá nada vem da outra pessoa. Quando a vítima do adolescente não tomar providências, se a pessoa que for vítima não toma providências, é claro não anda o processo contra essa pessoa. Outra coisa que é bem importante salientar aqui no município de Caxias do Sul. Conversando com o delegado Joigler, que ele disse ao Rafael que não poderia se fazer presente hoje por outros compromissos já assumidos, ele me colocou que neste ano no município de Caxias do Sul houve uma situação grave envolvendo adolescente de homicídio. As outras situações normais, e que esses adolescentes estão respondendo processo por isso, então nós não podemos passar a ideia de que eles não são responsabilizados, são sim. Quanto a pessoa que falou que não existe cárcere para adolescentes, existe. Eu pessoalmente já fui visitar como conselheira tutelar em outros mandatos, fiscalizando o local e tendo certeza que nós gostaríamos que nenhum filho nosso estivesse lá. Por isso que, como pai e como mãe, nós temos que educá-los sempre e não só se preocupar até os 16 anos, como foi o Moacir Bressan que falou, nós temos que nos preocupar sempre. (Palmas) Outro ponto, e eu estou pulando os pontos, porque todos falaram um pouco de cada coisa, mas nós temos em Caxias do Sul situações muito sérias, gente, que leva os adolescentes a cometerem alguns atos infracionais, que é o que o Vanderlei também colocou, nós temos centros educativos que fecharam e essas crianças ficaram sem atendimento no turno inverso da escola. Nós temos hoje no nosso município, adolescentes e crianças ainda fora da escola por inexistência de vagas. É inexistência de vaga, não é oferta irregular. É inexistência de vaga. Isso o nosso defensor público, o Sérgio, tem consciência disso de quantas situações chegam a ele e principalmente a falta de vaga em creche. Quantas situações nós encaminhamos. Então, sim os investimentos em políticas públicas com certeza é o melhor caminho. Colocar essas crianças em atendimento desde muito cedo é prevenir que o adulto capte essa criança para o crime. E sim, Vanderlei, também compactuamos com isso de que tem que mudar no Código Penal a pena para o adulto que usa o adolescente nos crimes, porque sim os adolescentes são usados pelos... Aquela história, eu não sei quem foi que contou, que os dois estavam armados. O adulto não estava armado, mas o adolescente estava armado. Com certeza, o adulto passou a arma para o adolescente. Isso a gente sabe que acontece, que eles são usados. Mais alguma coisa, colegas conselheiros? Não. Mais conselhos tutelares, a minha colega, que essa é uma luta nossa também na área de proteção. Pelo número de 500 mil habitantes em Caxias do Sul só com dois conselhos tutelares realmente... E com a rede de proteção nós precisamos, a rede de proteção toda, de uma ampliação no atendimento. Obrigada. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Rosane Formolo, representando o Conselho Tutelar. Essa não é uma luta só de vocês é uma luta da Câmara de Vereadores, que nós já fizemos audiências públicas no ano passado atestando o aumento do número de conselheiros tutelares. O Ivan Bisol, por favor, presidente do COMJUVE.

SR. IVAN BISOL: Bom, então, vereador Rafael Bueno, obrigado pelo convite. Senhores vereadores e senhoras vereadoras, a Mesa. Eu falo em nome do Conselho Municipal da Juventude que é composto por 20 entidades, 10 da sociedade civil e 10 da sociedade do poder público. Mas dentro do Conselho Municipal da Juventude se levantou esse sério debate da redução da maioria penal, por quê? Porque quando falamos de juventude no Brasil por lei a juventude é dos 15 aos 29 anos. Falando de juventude, hoje 60% da população prisional no Brasil é jovem, são 60%. O que é isso no país? O que nós temos de jovens dentro de um presídio? Mas de todo o debate que nós realizamos dentro do Conselho me saiu uma simples frase que precisamos investir em salas de aula e não em cadeias, precisamos investir na educação, na saúde e no espaço para a juventude e para a criança poder ter lazer, aonde possa também ter a família. Ao invés de repressão, mais violência e punição, precisamos de políticas de prevenção que afastem o jovem da convivência com o que há de pior na nossa sociedade: a pobreza, as drogas, o abuso, a exploração sexual, o trabalho infantil, entre outros fatores prejudiciais, garantindo a educação em



qualidade, com equidade e respeito. Particularmente, como conselheiro municipal da juventude da cidade, gostaria que os nossos deputados estaduais e federais estivessem debatendo hoje o extermínio da juventude negra, a falta de educação e não botar crianças ou jovens, porque já tem 15 anos atrás das grades. Sim, já tive oportunidade de visitar o presídio, para quem diz que jovem que não está no presídio, tem jovens lá. Já tive oportunidade de chorar ao lado da Paula, por isso luto pelos 118 mil jovens de Caxias para que não haja a redução da maioridade penal. Porque luto para que a gente possa ter uma juventude com qualidade, com dignidade e com respeito. Obrigado, vereador. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Ivan. Representando a nossa juventude caxiense, presidente do COMJUVE. Quero agora, encerradas as inscrições, o Ivan foi o último inscrito, para quem já tem que sair do plenário na sequência, nós estaremos distribuindo os atestados que foram solicitados por algumas pessoas. O Alexandre estará fornecendo. Abriremos então a palavra para os vereadores presentes. Primeiro a vereadora Daiane Mello, a senhora pode fazer a sua manifestação. Quero saudar a Karina, representando a Comissão de Direitos Humanos. Obrigado, Karina. Por favor, vereadora Daiane.

VEREADORA DAIANE MELLO (PMDB): Boa tarde a todos. Parabenizar a Frente Parlamentar então através do presidente o vereador Rafael Bueno, todos os integrantes da Comissão da Frente; a Mesa composta aí. Eu acho que é um debate ainda que precisa ser muito aprimorado ainda. Parabenizar pelo debate, mas que precisamos debater muito mais ainda entre nós, entre a sociedade. Ontem até foi feita uma moção proposta pelo vereador Jaison, aprovada aqui na Câmara com alguns votos contrários, não pela redução da maioridade penal, mas votos contrários também para entender um pouco mais do tema. Eu acho que eu não tenho a minha opinião formada ainda. Estou analisando os fatos, a parte da jurisdição mesmo, a parte das vítimas, estou analisando. Acho que a gente tem fazer mais debates aí com a nossa juventude e também com a sociedade em geral. Acho que a Câmara de Vereadores de Caxias dá exemplo para o Estado, onde tem que acontecer mais debates assim para esclarecer também um pouco a população e a gente ouvir lados favoráveis e lados contrários a essa proposição. Obrigada, vereador.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigada, vereadora Daiane, pela sua manifestação. Vereador Henrique Silva com a palavra.

VEREADOR HENRIQUE SILVA (PCdoB): Obrigado, vereador Rafael. Primeiro a minha saudação a sua pessoa, presidente da Frente Parlamentar em Defesa de Políticas Públicas e de Juventude; a toda a composição da Mesa. Dizer, vereador Rafael, que o debate de ser a favor ou contra é um debate muito simples de se fazer, que é o que está sendo proposto em relação ao conjunto da nossa sociedade brasileira, ser a favor ou contra a redução. Nós precisamos é fazer o que está sendo feito na tarde de hoje, aprofundar o debate e dentro desse quadro necessário de debate, nós construímos soluções de políticas públicas para a juventude. Eu acho que as falas contribuíram neste sentido na tarde de hoje. Nos colocou dentro dessa responsabilidade de buscar essas políticas públicas, seja ela dentro da questão educacional, seja ela dentro das questões de lazer e tudo aquilo que envolve a nossa juventude brasileira. Então, eu só quero dizer que o fato de ser a favor ou contra é pouco perto da construção que precisa acontecer nesse debate de redução. Já dei o meu posicionamento na tarde de ontem. Eu tenho certeza que ações como essas que estão ocorrendo na tarde de hoje traz a importância desse debate com relação a nossa juventude. Meus parabéns a vocês e ao mesmo tempo saúdo e faço um cumprimento especial a toda a Mesa. É isso.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, vereador Henrique Silva. Vereador Jaison Barbosa.

VEREADOR JAISON BARBOSA (PDT): Boa tarde a todos. De forma especial ao presidente dessa importante Frente Parlamentar; de forma muito especial a mãe que se manifestou; de forma especial também, se me permite, Vinicius – tu tens o nome do meu filho mais velho, Vinicius Barbosa – a tua mãe. O objetivo, vereador, jovem vereador, de fazer um debate, eu achei fantástico. Uma porque ontem



nós fizemos aqui na Casa uma moção proposta por este vereador e eu trouxe a minha opinião, e a minha opinião eu carrego comigo, sempre carreguei, desde quando eu estudei no São Leonardo Murialdo, quando ainda era o antigo abrigo de menores. Eu carrego comigo a opinião do que dizia São Leonardo Murialdo, de que quanto mais jovem, mais carente, mais merecedor de carinho, de atenção. Claro que é um exercício duro. Claro que é um exercício difícil, que é um exercício complexo no momento que você vive uma sociedade cada vez mais certa de tudo, cada vez mais enraizada no virtual. Mas eu assisti aqui na tarde de hoje, e fico feliz, jovem vereador, se me permite, porque acho que cumpre uma função importantíssima que a democracia e a pia batismal do voto e a comunidade me colocou, que é de oportunizar aquilo... Muitos estão fazendo discurso aqui e se dizem defensores do jovem, mas quem acredita no jovem precisa ouvir o jovem. Quem acredita na juventude precisa ouvir a opinião deles. E nós, os mais velhos, eu estou com 40 e poucos, acho que ainda sou jovem também, mas nós sabemos que aí no cardápio oferecido hoje pelos nossos políticos no Brasil, não só os políticos, pelos nossos também empresários, que pouco tem coragem de dizer isso. Nós temos sonegação, que são bilhões, má gestão pública, que são bilhões, nós temos ameaça de recessão, nós temos investigação dos corruptos e corruptores. Está tudo isso aí. Jogam para nós um debate importantíssimo porque eu não sou leviano. Eu acredito que é importante sim o debate. Eu não acredito nessa certeza que alguns deputados apresentam, porque eu mesmo poderia, quem sabe, mudar a minha opinião. Alguns que disseram aqui que tem opinião favorável, disseram que poderiam mudar, então eu também vou dar aqui também a minha opinião. Também poderia mudar a da Denise e talvez a senhora também. Agora não é justo conosco neste momento, nessa conjuntura, fazerem isso, de colocar essa importante discussão, colocar, vereador Rafael, a questão que também nesta Casa já foi várias vezes discutida da terceirização. Existe outra linha que é a questão da família, de discutir o que é a família, o que é um casal, um homem, uma mulher, enfim. Quer dizer que a minha mãe que me criou sozinha não faria parte dessa família. Então como estamos falando de juventude, de família, da importância da família, eu faço questão de dizer que fico surpreendido com algumas opiniões. Por exemplo, o Judiciário se manifesta junto com a posição da polícia. Olha, que interessante isso. A sociedade não percebe, amigo pessoal Louzada... Aliás, quando o senhor ingressou no governo, para concluir, vereador, quando o coronel Louzada ingressou, eu lembro que a minha amiga Tânia Menezes, eu era vice-presidente da UAB, dizia pra mim: “Jaiison, cuidado agora. Vai ter nesse governo aí com vocês um coronel.” E a minha surpresa que o coronel sempre demonstrou um carinho, sempre demonstrou uma autenticidade na conduta, na correção, principalmente, não leviana de querer dialogar. Então o diálogo é extremamente importante. Eu peço perdão para alguns. Eu não concordo com a vingança. Eu não concordo. Aí a tua mãe, Vinícius, foi extremamente feliz. Porém, eu respeito a opinião daqueles... Eu preciso respeitar, porque acredito na democracia, na opinião daqueles que acredito sim que é com sangue que devemos trazer a correção para esse Estado quase que falido. Não. Eu acredito na democracia, porque eu tenho três filhos. Eu acredito que juntos e com as nossas inteligências, vereador... Estou aqui sendo Nostradamus. Estou acreditando em mais um jovem, quem sabe, nesta Casa. Mas eu acredito sim que é possível sonharmos em termos um mundo melhor depois de visualizar hoje esse debate. Não acreditei que foi oportunista, vereador. Não acreditei que foi oportunista, não acreditei que foi desigual, porque acredito que houve várias possibilidades de vários contrapontos. Então, humildemente, coloco o meu apoio. Apenas concluindo novamente. Recentemente o Jornal Pioneiro fez um editorial que para mim foi fantástico. Ele concluía fazendo a pergunta, e eu quero concluir com o editorial dele do último sábado... *Será este o melhor momento de decidir tendo tão importantes debates como a redução da maioria penal e alteração das relações de trabalho?* Será que é este o melhor momento? Então eu concluo lembrando que aqueles que geralmente criticam o populismo, por exemplo, eles se utilizam hoje do tal dos 98% da população, que ontem foi quebrada aqui na Câmara de



Vereadores, porque ontem na votação deu 13 a 8. Alguns vereadores que votaram contrários, porque nós colocamos de contrariedade, não repúdio, contrariedade. Contrariedade identifica o seguinte, precisamos mais tempo para discutir, não está maduro este assunto ainda, embora alguns achem que já está, que tem que agora decidir e sair num país, que foi dito aqui, que está totalmente incapaz.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Para concluir, vereador.

VEREADOR JAISON BARBOSA (PDT): Então eu concluo lembrando novamente São Leonardo Murialdo e cumprimentando o Judiciário, de forma especial a Dra. Cláudia Barros, que trouxe sim aqui conhecimento. Porém a sensibilidade é sempre importantíssima e o senhor fez isso hoje. Trouxe a possibilidade de nós olharmos a sensibilidade da nossa população, de forma especial a juventude. Obrigado.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, vereador Jaison. O que eu quero passar por último a vereadora Denise Pessôa que está presente desde o início do debate e fazer um agradecimento, vereadora Denise. Que hoje só foi possível a nossa Câmara de Vereadores estar super lotada... A gente pode dizer que nós tivemos que trocar de ambiente aqui da Câmara de Vereadores graças a nossa assessoria. Isso a gente pode dizer e aqui é um reconhecimento aos nossos assessores que estão aqui, que tiveram uma exausta jornada ligando para as entidades, convidando. Quero agradecer a senhora que foi uma das proponentes que cobrou para que esse tema fosse debatido aqui na Câmara de Vereadores. Então a senhora está com a palavra.

VEREADORA DENISE PESSÔA (PT): Obrigada, vereador Rafael. Acho que toda a cidade ganha com esse debate. Então, agradeço a Frente Parlamentar por aceitar a ideia e tomar frente nesse debate que hoje ele tem que ocorrer. Como mesmo o senhor colocou, a Câmara de Caxias é a primeira a debater esse tema aqui no Estado. Então uma saudação a todos os presentes. Não vou citar toda a Mesa. Dizer que me chama atenção algumas falas, algumas reflexões que foram feitas aqui. Quando a gente fala... Eu acho que o que está no fundo mesmo é uma sensação de impunidade. Essa sensação de impunidade tenta buscar um bode expiatório. Vamos lá. E aí com a sensação de impunidade de todos os aspectos, seja de corrupção na política, seja de tudo, de crime. "Tudo está errado. Na minha casa, na minha rua acontece isso, no meu bairro, na minha cidade..." Então a sensação está generalizada. Bom, o que a gente pode resolver, o que a gente pode fazer? Aqui eu estou falando a nível Câmara de Deputados, Senado. Como a gente pode resolver alguma coisa? Fazer alguma coisa para amenizar? Aí o bode expiatório são os trabalhadores para tirar direitos e assim a juventude para colocar na cadeia, porque talvez por esses não tenham tanta força para vir defender. Eu fico muito feliz que esta Casa hoje esteja cheia de pessoas aqui e muitas defendendo esses jovens. Mas aqui eu não quero colocar umas pessoas contra as outras, porque aqui também tem aquela de quem defende a vítima, quem defende o criminoso. Acho que se a gente começar a entrar nesse debate ninguém aqui defende violência. Todo mundo quer viver em uma sociedade de paz, todo mundo quer uma sociedade melhor, mas o que a gente pode debater? Acontece um crime, a gente quer que essa pessoa cumpra uma pena. Às vezes, eu estive a frente da Comissão de Direitos Humanos e, quando a gente debatia a questão do presídio, quando a gente discutia a situação do CASE, a gente via que poucas pessoas querem debater esse tema. Poucas pessoas... Todo mundo quer ver todo mundo preso, mas ninguém quer que se invista em presídio, ninguém quer que se invista em CASE, ninguém quer que dê condições para aqueles setores, para aqueles trabalhadores. Então... "Ah, prefiro que invista em educação. Tudo bem. A gente tem que investir em educação. Mas aquelas pessoas que estão lá, o que a gente vai fazer com essas pessoas?" A gente só quer depositar as pessoas num recipiente e que a gente não tenha mais contato. Isso é impossível. Então acho que essa reflexão a gente precisa fazer. A gente precisa ir lá no presídio e olhar o que acontece no presídio, o que acontece dentro do CASE. Eu conheço os dois. Conheço e digo, acho muito melhor para um jovem estar no CASE, cumprindo uma



medida protetiva, medida de internação. Eu acho que é muito mais eficiente para esse jovem, que no momento de sua formação, ele pode ter escorregado, ele pode ter cometido um erro, mas ele vai ter uma chance melhor do que se estivesse num presídio. No presídio que a gente vê, infelizmente, 70% das pessoas reincidem e não é por falta de trabalho. Há muito trabalho lá dentro. Mas hoje não tem condições, a gente vê celas lá com 16, 18 presos em uma cela que deveria ser para 6, 4. Então esse tipo de estrutura não faz com que realmente a gente ressocialize alguém. Então a juventude hoje estando no CASE, e aí a gente tem hoje um sistema nacional, o SINASE, que ele prevê todo outro formato de CASE. Inclusive, aqui em Caxias, a gente fez esse debate no ano passado, que era melhorar a estrutura do CASE, separar os crimes cometidos pelos adolescentes, porque hoje a estrutura que tem é melhor do que presídio, mas ela tem muito o que melhorar. Então a gente poderia estar debatendo formas de melhorar esse sistema, mas não. A gente acaba não debatendo isso e a gente simplesmente quer reduzir a maioria penal. No meu ponto de vista, a redução da maioria penal simplesmente isenta o Estado da responsabilidade dele. A responsabilidade de investir em educação, de investir em cultura, de investir em assistência social e proteção da criança e adolescente. É o caminho mais fácil de resolver o problema e que não resolve, é para enganar, é uma forma de se enganar. Então, no meu ponto de vista, eu sou extremamente contrária à redução da maioria penal. Não estou disposta a mudar de opinião sinceramente. Já acompanhei vários debates, já ouvi várias situações e posso acompanhar esse debate, mas vejo a situação que a gente vê os nossos jovens lá dentro do CASE, vejo outros jovens dentro do presídio e acredito que ainda o CASE é a melhor opção. As outras medidas e punições para os nossos adolescentes são mais adequadas para a sua faixa etária. Então eu entendo que esse debate tem que ser mais profundo. O que faz com que a sociedade entenda ou tenha essa sensação de impunidade? A gente não pode simplesmente fazer os nossos jovens como um bode expiatório de toda a impunidade que possa sentir em país como o nosso. Então, a gente precisa fazer esse debate profundo e na dúvida, se tem dúvida quanto à questão da redução, não se reduz, porque se a gente tem dúvida... Por que a gente reduz? Se a gente reduz é porque a gente já tem alguma certeza. A gente já viu em outros países que reduziram que de fato não houve melhorias. Se presídio, se prisões solucionassem, a gente hoje no Brasil, algumas pessoas acham que a gente não prende... O Brasil hoje é o país com a quarta maior população carcerária. Então, o Brasil prende e prende muito e nem por isso resolve a situação. Então é outro problema que a gente tem que enfrentar. Então a gente precisa ter coragem de enfrentar os outros problemas e não simplesmente criar depósitos de gente, de jovem que não é a melhor saída. Então eu defendo que o Estado realmente se responsabilize pela educação, por melhorias do sistema carcerário, dos CASEs, implante o SINASE antes de pensar em redução de maioria penal. Obrigada. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Muito obrigado, vereadora Denise, pelas suas considerações. Como ganhamos um tempo, nós abriremos para as considerações finais, os convidados que compõem a Mesa. Iniciaremos pela Paula Ioris. Por favor, Paula. Tempo de três minutos.

SRA. PAULA IORIS: Foi muito bom participar do debate, apesar de me sentir bem isolada em algumas coisas e por isso eu quero esclarecer. A ONG Brasil Sem Grades tem esse nome porque a gente luta há 12 anos, e eu há três, por um Brasil sem grades. A gente foi criando as grades como forma, nós, sociedade, de conviver com toda essa violência que está aí. A ONG tem três braços, três braços de atividade. Um é o planejamento familiar; outro o programa pai presente, que virou lei naquela questão de toda a criança ter o nome do pai na Certidão de Nascimento, para quem não sabe foi uma iniciativa da ONG em um trabalho feito em São Sebastião do Caí. Então nós trabalhamos sim a prevenção. Eu pessoalmente trabalho com a prevenção. Eu não tenho a menor dúvida da importância disso, da importância das políticas públicas, da questão da saúde. Eu administrei até fevereiro do ano passado um hospital, convivi direito com a questão da saúde. Agora, o vereador Jaison falou sobre vingança. Apesar de ter tido o meu



filho de 13 anos assassinado, eu não sou a favor da pena de morte, e eu já fui. Eu sou psicóloga. Já fui a favor da pena de morte por entender que psicopata não tem cura. Depois de ter o meu filho assassinado eu mudei de opinião. Por desenvolvimento espiritual, eu percebo que quem tira a vida é Deus, quem dá e quem tira. Então, eu não tenho sentimento de vingança, mas eu quero retratar para vocês e para quem está aqui, que fazem... Eu achei lindo o trabalho e que expôs aqui aquele senhor que veio falar que é diretor de uma... Mas a forma como está não dá mais para... Essa sensação de impunidade que tu falou, Denise. Vejam só, eu não sou vítima de impunidade, nós somos vítimas de violência, porque os assassinos que mataram o meu filho de forma... Eles estrangularam o meu filho. E o meu filho morreu perguntando: “O que eu fiz?” Eles foram condenados a 67 anos de prisão. A gente sabe que eles não vão ficar tudo isso por causa do código atual. Eu poderia estar deitada em uma cama em depressão como muitas mães estão, mas nós estamos lutando para que mude essa sensação de impunidade que a gente está tendo e não é uma sensação. Menos de... Noventa por cento dos casos ou mais não são resolvidos no Brasil. Nós temos um Código Penal ridículo, antigo, que a gente precisa rever. Eu também acho que esse debate da redução da maioridade, de repente, está meio fora, só que está em pauta e então a gente está debatendo. Eu não penso que reduzindo vai resolver todo o problema de violência, é claro que não. Agora eu também não concordo quando a gente diz é só tanto por cento que é de jovem. Gente, isso dá muitas famílias. Quando a gente tem, como nós tivemos, a possibilidade da punição, eu não sei. Quem já passou por isso vai entender, é um ciclo que se encerra. Tu não tem mais teu filho de volta, mas é importante que quem cometeu seja punido. Isso é justo que seja punido. Eu não estou falando em pena de morte. Estou falando em perda de liberdade, mas tem que ser uma perda diferente do que o que se tem hoje. Ele não pode ter celular na prisão, estar na internet, ter visita íntima. O que é isso? Então a sensação que a sociedade tem é de estar órfão, de não ter gente cuidado disso. Então concordo plenamente quando dizem: Cadê as discussões da melhoria dos presídios? Eles não recuperam. Então fica embaixo do tapete. Desde 2007 faltavam 3.247 vagas no Estado e agora só aumentou. Quando vocês falam que se prende muito, tem 2.500 semiabertos cometendo crime a todo momento. Esse semiaberto é um sistema falido. Nós temos aqui em Caxias o Diego que estava dentro de casa no computador, 25 anos, e foi morto por um semiaberto. Então realmente a discussão é muito ampla. Esta questão da maioridade penal é um capítulo. Só que eu entendo que não tem que ficar neste presídio atual, nem junto com os criminosos, assim como os adultos como falei, devam ficar como está hoje. Tem que ter um sistema de triagem, mas que vocês, todos nós, eu digo vocês por estarem em cargos públicos, fazerem uma representatividade, nós temos que lutar juntos que um rapaz, uma moça de 16 anos ele sabe o que ele está fazendo. E assim, o que eu queria dizer que agora eu perdi um pouquinho é que a gente não pode nunca perder, deixar a inversão de valores ficar maior. O Art. 5º da Constituição não é citado. É citado que é pétrea essa questão de reduzir... E o direito à vida? Cinquenta e seis mil mortos no Brasil por ano. Isso é pior que guerra civil, sem nós colocarmos o trânsito. E no trânsito a gente sabe que o maior índice de violência no trânsito é a imprudência, é droga. Então, não é uma questão de ser contra ou a favor, mas é de nós refletirmos sobre a inversão de valores. Concordo com tudo que foi citado aqui, que isso está falho no Estado como um todo. O Estado... Antigamente o cacique nas tribos era responsável por cuidar da proteção da justiça da tribo. O Estado é o responsável por isso e ele está falhando muito. Quem está perdendo com tudo isso? É a sociedade, porque nós não estamos mais podendo ir e vir, sair para caminhar. Tu tem que cuidar. “Eu não vou levar celular, não vou levar chave, não vou...” Então isso não está certo. Isso a gente tem que mudar.

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Paula Ioris. Passo a palavra ao Louzada para as considerações finais. Por favor.

SR. ROBERTO LOUZADA: Queria, em nome do prefeito Alceu Barbosa Velho, em nome da nossa Secretaria de Segurança Pública e Proteção Social, parabenizar à Frente Parlamentar da nossa Câmara de



Vereadores de Caxias, em nome do vereador Rafael, pela iniciativa. Também parabenizar pela mobilização de pessoas que vieram aqui discutir um tema muito importante, extremamente importante para a sociedade de Caxias, do Rio Grande do Sul, do Brasil, aprofundando toda essa questão. Dizer que nós, como secretário e responsável por políticas municipais na área da juventude, também temos trabalhado bastante nessa questão através da Guarda Municipal, principalmente, com os jovens, com os adolescentes nas escolas, enfim, com toda a nossa rede, participando da rede de proteção do município para procurar levar para a nossa cidade uma cultura de paz. Quero parabenizar em especial também os nossos amigos do CASE, que estão presentes aqui, e que fazem um excelente trabalho em Caxias do Sul. Enfim, todos aqueles que trabalham com a rede de proteção dos jovens de Caxias do Sul. Também pela maneira respeitosa, quero parabenizar o Rafael pela conduta; pela maneira respeitosa que todos nós nos comportamos também, respeitando aquelas opiniões contrárias e as opiniões favoráveis a essa questão toda. Então em nome do prefeito Alceu, parabéns a todos nós. Que Caxias do Sul mais uma vez é a vanguarda dessas questões de discussões envolvendo os jovens e os adolescentes do nosso país. Obrigado. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Roberto Soares Louzada. Para suas considerações, Rachel, presidente do COMDICA.

SRA. RACHEL MARQUES: Bom, eu também queria seguir parabenizando na verdade esta Casa Legislativa por essa importante iniciativa de fazer esse debate, como eu dizia, um debate muito importante. Eu não sabia que era a primeira Câmara Municipal do Estado a realizar esse debate, então realmente a nossa comunidade também está de parabéns, porque ela se fez presente. Eu vi aqui estudantes, eu vi a rede socioassistencial da criança e do adolescente, o pessoal do CASE, CAIS M, da assistente social, da educação, o pessoal das práticas restaurativas, conselho tutelar. Então assim, um pessoal muito engajado, da área política, voluntários, militantes, enfim, de diferentes frentes, da juventude. Então assim, parabenizar realmente a comunidade porque ela aceitou esse desafio de estar discutindo isso, que é um tema realmente que se ele veio em um momento que não muito adequado, eu acredito que é um momento que a gente pode estar discutindo isso e que a comunidade brasileira, caxiense, precisa estar realmente fomentando essa discussão. Então eu queria dizer que o Conselho dos Direitos é contrário a redução da maioridade penal, junto com a própria UNICEF⁴, que lançou agora há pouco tempo, foi na verdade final de março, eles lançaram também um manifesto dizendo aquilo que a defensora pública colocou, que a redução da maioridade penal estaria indo contra as convenções internacionais dos direitos da criança e do adolescente. Isso realmente não teria como a própria ONU e a UNICEF estar corroborando isso como sendo positivo para o Brasil. Então realmente é contrário a todos aqueles acordos internacionais que é o Brasil signatário. Então o Conselho de Direitos realmente confirma essa sua posição, mas a gente não é favorável à violência homicida, a gente é favorável a vida sim. A gente luta pela vida. Eu tenho aqui na minha gargantilha escrito paz. Paz tem só três letras. Paz de “pê”, pertencimento. A gente quer o pertencimento dos nossos jovens e das nossas crianças da cidade. Vamos pensar na cidade de Caxias do Sul. Quando a gente diz, esses marginais ou esses menores, que a gente não utiliza essa terminologia, que é uma terminologia antiga do Código de Menores que já vem com toda uma carga preconceituosa. A gente utiliza crianças e adolescentes. Então, a gente quer o pertencimento dessa criança, desse adolescente em uma família primeiro; depois em uma comunidade e depois uma sociedade. Se isso não der certo, o Estado sim está aí para ajudá-lo a pertencer. Segunda letrinha, “a”, o atendimento. O atendimento das políticas públicas. Quais são as políticas públicas que são essenciais? Como é que estão as políticas públicas? Vamos falar da educação, eu sou educadora. Gente, nós temos aí Plano Nacional de Educação que tem 20 metas. Só uma, que se eu não me engano, a Rosane Formolo que

⁴ Fundo das Nações Unidas para a Infância



foi quem falou da questão da educação infantil, a primeira meta diz lá: educação infantil. Até 2016 universalizar a educação infantil. Como é que nós estamos com isso? Atendimento, paz, “pê” e “a”. Letra “zê”, zelo, zelar. O quê a gente zela, gente? O que a gente gosta. A gente tem que gostar da criança e do adolescente. A gente zela do que a gente gosta. E nós que somos da área, a gente gosta da criança e do adolescente. A gente não gosta da morte, não gosta da violência, gosta da vida. Por isso, que a gente acredita na vida, na criança e no adolescente. Por isso, que a gente não acredita que o remédio seja o encarceramento desses jovens dentro dos presídios, enfim. Esse não é o remédio adequado. Por isso, que nós, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, fizemos sim um manifesto, que a gente fez os encaminhamentos legais, contra essa redução da maioria penal. A gente pede sim o apoio de toda a comunidade de Caxias para isso. Obrigada. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Obrigado, Rachel Marques, presidente do COMDICA. Agora, eu convido para fazer a sua manifestação, o qual estava inscrito, mas abriu mão para ocupar um tempinho de dois minutos a mais na sua fala final, o nosso defensor público Sérgio Nodari. Por favor, Sérgio.

SR. SÉRGIO NODARI: Vereador Rafael; aos vereadores que vos acolhem aqui hoje nesta Casa, muito boa tarde, muito obrigado pelo espaço. Aos que permaneceram aqui, obrigado pela atenção. Como defensor público, eu não consigo começar nenhuma manifestação pública sem ter em mãos a Constituição Federal. Não porque a Constituição Federal é um documento que foi editado pela nossa classe política, não por isso. Muito mais do que isso. Porque a nossa Constituição Federal é um documento que nós em um momento de consciência coletiva, em um momento de consciência cidadã, nós, brasileiros, resolvemos ter uma Constituição Federal; nós, brasileiros, resolvemos nos organizar e ter um estado. Porque, do contrário, nós estaríamos aí em grupos, cada um defendendo a sua parte, cada um defendendo o redor do seu próprio umbigo, as nossas fronteiras contra os argentinos talvez. Mas nós resolvemos nos unir e nos organizar. Neste momento em que nós nos organizamos nós dissemos que no Artigo 3º da Constituição, que vem antes do Artigo 5º, que quais são os nossos objetivos enquanto uma nação organizada, uma nação com seus valores, a sua cultura, a sua língua, os seus hábitos. Nós viemos aqui e dissemos, nós estamos nos organizando, porque nós queremos Artigo 3º, Inc.I, da Constituição Federal, construir uma sociedade livre, justa e essa palavra, que para mim é a mais importante, que eu carrego todos os dias no meu trabalho, uma sociedade solidária. Esse não é um ideal da nossa classe política, não é um ideal da nossa classe que escreveu essa Constituição, em 1988, esse é um ideal que já vem do começo das organizações dos povos, já vem um ideal da Revolução Francesa. E o dia de um povo, de um grupo de pessoas que resolveu se rebelar contra um soberano que apenas tributava e não fornecia condições para as pessoas se alimentarem, para as pessoas saírem da ignorância. Esse é um ideal que vem de lá, a sociedade livre, justa e solidária. A minha primeira palavra, falando em solidariedade, é solidariedade às vítimas da violência. Sim, a solidariedade em relação às vítimas, as mães, os pais, da violência urbana, da violência jovem, da violência adulta, mas, principalmente, uma solidariedade em relação àquelas vítimas invisíveis, àquelas vítimas de uma violência diurna, de uma violência silenciosa, de uma violência sub-reptícia, que não encontra uma cara definida em uma vítima, que é a vítima da exclusão social. Essa vítima não é numerada, essa vítima não é exposta na mídia, não aparece na página policial, mas ela é morta todos os dias à mingua pela falta de uma política de inclusão social. Essa vítima existe e ela existe às pencas, vereadora Denise. Então essa é a solidariedade que eu também quero prestar. Ao mesmo tempo que a gente fala em solidariedade, a gente fala em ressocialização, as palavras estão associadas. Se tem um objetivo, um ideal de unidades prisionais, estabelecimentos prisionais, justamente, para ressocializar. Essa é a declaração que foi feita. Ao menos é o propósito da nossa lei. Então, nós dizemos hoje assim com base em um intuito ressocializatório, em um intuito solidário, que faltam



investimentos em presídios, que faltam investimentos em penitenciárias. Nós temos hoje um déficit de vagas, se diz isso, mas, em primeiro lugar, eu quero lembrar que nem sempre foi assim. Em um momento da formação da sociedade brasileira, nós tivemos as condições, ao menos satisfatórias para o que se entende hoje, de encarceramento. De lá para cá a violência somente cresceu, mesmo nós tendo um dia condições de encarcerar todos aqueles que um dia violassem a lei. Mas falando em déficit de vagas, em ausências de vagas, eu queria perguntar, eu queria saber, e eu pergunto por que eu sei que a resposta é negativa, se em algum momento as instituições de encarceramento, tanto o CASE quanto CAIS M, que não deixa de ser uma unidade de encarceramento, como a PICS, como o Apanhador, em algum momento deixaram de receber algum indivíduo que fosse ser preso porque a super lotação estava existente, porque a capacidade do estabelecimento estava esgotada? Em algum momento o CASE fechou as portas e disse: “Não vamos receber porque estamos super lotados”? Não. O CASE em nenhum momento fez isso. O CASE e nem ninguém, nenhuma unidade prisional no Brasil. Agora ao mesmo tempo eu pergunto aos senhores, se ocorre o mesmo com aquela mãe, a mesma mãe, que pode ter sido vítima, tanto a vítima concreta que aparece nos jornais como a vítima de uma violência silenciosa e rasteira, se aquela mãe que compareceu em algum órgão estatal buscando educação, e teve a educação negada, e teve a educação negada ante ao argumento de que não existem vagas, se a sua criança foi de algum modo incluída? Ou seja, no CASE, na unidade prisional sempre cabe mais um. Agora, na escola, quando não se tem vaga, simplesmente, a resposta é não temos vagas. Não temos vagas. Como é que se resolve essa questão? Esse é o ideal solidário? Esse é o ideal ressocializatório? Nós não podemos cobrar ressocialização se em um determinado momento nós não socializamos. Nós não podemos cobrar reinclusão social, se em algum momento nós não incluímos? Não me impressiona, senhores. Não me impressiona que essa PEC de redução da maioria penal esteja passando. Não me impressiona justamente porque 93 % da população brasileira é favorável. As coisas estão ligadas. A proposta está passando. Porque 93 % da população brasileira é favorável. Mas eu também não me esqueço que hoje a nossa representação da vontade nacional, os nossos representantes da nossa vontade nacional, os nossos eleitos são formados, é uma maioria parcialmente comprometida com um eleitorado que não recebeu educação suficiente. Também é formada por representantes da vontade popular que estão muito mais comprometidos com instituições dotados de poderio econômico, que trocam o voto e que representam pessoa que trocam o voto, em nome de qualquer favor. Felizmente não é assim. Felizmente nós temos representantes da vontade popular que vêm do âmago das suas comunidades, que são formados lá na necessidade das suas comunidades e é nesses representantes da formação da vontade nacional que eu acredito para reverter esse quadro. Eu quero só finalizar referindo a mesma coisa que foi dita aqui, aproximadamente há um ano, na audiência pública que tratava da redução das verbas destinadas a rede socioassistencial, as políticas socioassistenciais. Na verdade a redução da maioria penal significa encarceramento precoce, significa encarceramento de pessoas que estão em fase de formação da sua personalidade, significa uma indiferença em relação ao estágio cultural de desenvolvimento dessas pessoas e diferença em relação aos valores dessas pessoas. Valores que deveriam ter sido dados pela família, deveriam ter sido dados pelo Estado, deveriam, no momento oportuno, mas não foram. Mas significa indiferença em relação ao estágio dessas pessoas. Quanto mais a sociedade é organizada, quanto mais os representantes da vontade nacional manifestarem indiferença em relação aos valores dessas pessoas em desenvolvimento, mais indiferença eles vão manifestar em relação aos valores e aos bens das outras pessoas. Muito obrigado, vereador. Muito obrigado aos que me ouviram. (Palmas)

VEREADOR RAFAEL BUENO (PCdoB): Muito obrigado, nosso defensor público Sérgio Nodari. Encerramos a sua fala e informamos que todas as manifestações feitas nesta audiência serão encaminhadas para os deputados federais, estaduais, os senadores, bem como à presidência da Câmara



Federal e do Senado; também para a nossa presidente Dilma Rousseff, os Anais desta sessão na sua íntegra e todas as manifestações aqui serão encaminhadas. Agradeço a presença da imprensa; em especial a TV Caxias, canal 14, que ajudou do início ao fim aqui, entrevistando os participantes; as rádios da nossa cidade; a Rádio São Francisco; a Rádio Caxias, que ajudaram na divulgação; o Jornal Folha de Caxias; o Jornal Pioneiro, que ajudou nessa divulgação para que tivesse o plenário lotado na primeira audiência pública, vereadora Denise, que tratou do tema no nosso Estado do Rio Grande do Sul. É um orgulho saber disso, que a Câmara de Vereadores está trabalhando e oportunizando o debate para que os cidadãos possam sair do senso comum e ter o bom senso. Agradecemos mais uma vez a presença de todos que fizeram e engrandeceram esse debate. Coloco-me à disposição junto com o nosso gabinete, as assessorias dos demais vereadores para o esclarecimento de eventuais dúvidas. Se quiserem uma cópia também desta audiência pública, nós poderemos fornecer. Então não esquecer também de agradecer o setor de comunicação da Câmara de Vereadores que nos auxiliou na elaboração dos materiais informativos, em especial a Vânia e ao Rodrigo. Não havendo mais nada a tratar, encerramos esta audiência pública. Boa tarde a todos e a todas que estiveram no plenário e a todos que nos acompanharam pela TV Câmara, canal 16. Muito obrigado. (Palmas)

(Obs.: As manifestações não foram revisadas pelos oradores.)

Étore Tonani
Jaqueline P. Turmina
Milena Bartelle
Taquígrafos

ANEXO

02



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

A Maioridade Penal

Data: 24/04/2015

SINASE - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Nome:	SCHAIANA SEMPREBON	
Entidade	UCS - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	
Email:	SSEMPREB@UCS.BR	Fone: (54) 99410.228
Nome:	Emilly dos Santos Gomes	
Entidade	Casa de acolhimento Sol Nascente	
Email:	eggomes@caxias.rs.gov.br	Fone: (54) 9242-0158
Nome:	Karen Kristine Jingen	
Entidade	Casa Abrigo Sol Nascente	
Email:	karenjingen@hotmail.com	Fone: (54) 9197.0491
Nome:	Silvane B Stacchini	
Entidade	UCS	
Email:	Silvanabrambilla@yahoo.com.br	Fone: 8418 8689
Nome:	BRATIT TRAVEL	
Entidade	FABETTE TRAVEL E CONSULTORIA ADVOCACIA	
Email:	BRATIT@BRATIT-TRAVEL.COM	Fone: 19551366
Nome:	Tereza Castella	
Entidade	Case	
Email:	Tereza-castella@fase.rs.gov.br	Fone: 81696450
Nome:	LILIAN CARINE DE LIMA SANTOS	
Entidade	UCS	
Email:	lilianxlima@gmail.com	Fone: 81615977
Nome:	Eduardo Zimmer	
Entidade	UCS	
Email:	eduardo.zimmer@hotmail.com	Fone: 51 96 891686
Nome:	Beatriz Marques Ounique	
Entidade	COMDICA e CIAE	
Email:	beatrizounique@fma.com.br	Fone: 91436404

Leoberto Braucher - juiz. Marisa Dieckmann



Nome:	Sérgio Nodari Monteiro	
Entidade	Defensoria Pública do Estado	
Email:	sergiomonteiro@dpe.es.gov.br	Fone: (54) 81276120
Nome:		
Entidade	COMDICA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	
Email:	E DO ADOLESCENTE.	Fone:
Nome:		
Entidade		
Email:		Fone:
Nome:		
Entidade	SINASE - Sistema Nacional de Atendimento	
Email:	soe@educat.br	Fone:
Nome:		
Entidade	UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA	
Email:	A INFÂNCIA	Fone:
Nome:		
Entidade		
Email:		Fone:
Nome:		
Entidade		
Email:		Fone:
Nome:		
Entidade		
Email:		Fone:
Nome:		
Entidade		
Email:		Fone:
Nome:		
Entidade		
Email:		Fone:

promessa de compra e venda.



Nome:	Jenice Brito		
Entidade	Gds. Vir. Pudo Inerte		
Email:			Fone:
Nome:	Maria de Fátima S. Manique		
Entidade	Associação Criança Feliz		
Email:	fatimamanique@hotmail.com		Fone: 91820233
Nome:	Marcos do Cu	X	X
Entidade			
Email:			Fone:
Nome:	Menez Sosa		
Entidade	FAS - Diretoria de Proteção Social Especial		
Email:	isosa@caxias.rs.gov.br		Fone: 84040421
Nome:	Sobrinho Nazario de Souza		
Entidade	Sol Naxent		
Email:	binamazario05@gmail.com		Fone: 91692975
Nome:	Dêlcio Cruz Junior		
Entidade	CPR / UCS / JUSTIÇA RESTAURATIVA		
Email:	PROFCRUZ@YAHOO.COM.BR		Fone: 54-99718199
Nome:	MIRIAM CORSO MINOTTO		
Entidade	CRP- Conselho Regional Psicologia		
Email:	miriampsi@terra.com.br		Fone: 55943000
Nome:	Morgana Leonato Baldo		
Entidade	CRAS-FAS / Criança Popular da Juventude		
Email:	morgahbaldo@gmail.com		Fone: 8123-3305
Nome:	Joiquer Paduano - delegado		
Entidade	Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente		
Email:			Fone:
Nome:			
Entidade			
Email:			Fone:



Nome:	Classyane Bráz Trindade		
Entidade	CAMI SÃO JOSÉ		
Email:		Fone:	
Nome:	Josimar M Nunes		
Entidade	CAMI São José		
Email:	messemacaco63@gmail.com	Fone:	
Nome:	gabriel Silvio simões		
Entidade	CAMI SÃO JOSÉ		
Email:		Fone:	
Nome:	Riani Fernandes Gomes Rodrigues		
Entidade	CAMI SÃO JOSÉ		
Email:		Fone:	
Nome:	Ricardo Lopes dos Santos		
Entidade	CAMI SÃO JOSÉ		
Email:	rypouira.dflireti@gmail.com	Fone:	84111419
Nome:	Darivane Castelli		
Entidade	CAMI - São José		
Email:	comisaosjose@ltd.com.br	Fone:	
Nome:	Berama Prado		
Entidade	CAMI SÃO JOSÉ		
Email:	comisaosjose@ltd.com.br	Fone:	99333562
Nome:	FERNANDA FACCHIN FIORAVANZO		
Entidade	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA E SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS		
Email:	fernanda-fioravanzo@crpse.rs.gov.br	Fone:	9904-4074
Nome:	Volmar Offmaister		
Entidade	Volmar Offmaister		
Email:		Fone:	32233904
Nome:	Manuela N. Brito		
Entidade	Associação União Feliz		
Email:	manuelabrito@yahoo.com.br	Fone:	3211-1154



Nome:	Marines Bethato Lentz da Silva		
Entidade	CJR - UES		
Email:	marinesbethato@hotmail.com	Fone:	
Nome:	Angela Menegallo		
Entidade	Murialdo Santa Fé		
Email:	a.menegallo@bol.com.br	Fone:	3217.47.29
Nome:	Kátia Pasquini Dantas		
Entidade	INAU		
Email:	inap.pasquini@gmail.com	Fone:	32966969
Nome:	Guilherme Valente Guim		
Entidade	FAS		
Email:	gguim@Yahoo.com.br	Fone:	
Nome:	Alice Pellizzoni Lima		
Entidade	TV Caxias		
Email:	alicepl2014@gmail.com	Fone:	9998 1288
Nome:	Nathalia Soares		
Entidade	secretaria cmdh		
Email:	cmdh@caxias.rs.gov.br	Fone:	9614 8684
Nome:	Mauem de Castilhos		
Entidade	CAMI - São José		
Email:	mauem.castilhos@gmail.com	Fone:	993 88645
Nome:	Comila Lila Condino		
Entidade	Comi São José		
Email:	ppcomila@hotmail.com	Fone:	96317496
Nome:	Geobreno Gregori		
Entidade	CAMI São José		
Email:	geobreno@Hotmail.com	Fone:	91057241
Nome:	Cleiton de Miranda Soares		
Entidade	Comi São José		
Email:		Fone:	



Nome:	Thaís Alves Ghenês		
Entidade	CREAS - FAS		
Email:	thaisghenes@yahoo.com.br	Fone:	
Nome:	Jaés B. Schwantes		
Entidade	FAS - CREAS		
Email:	ipevuch@caxias.rs.gov.br.	Fone:	
Nome:	Karina Rath		
Entidade	Comissão Dir. Humanos, cidadania e sig - Câmara		
Email:		Fone:	
Nome:	William Winter		
Entidade			
Email:	will-winter@hotmail.com	Fone:	
Nome:	Fayone F. S. Auer		
Entidade	Conselho Tutelar Norte		
Email:		Fone:	
Nome:	Alcione F. Andrade		3
Entidade	Conselho Tutelar Norte		
Email:	cfandrade@caxias.rs.gov.br	Fone:	39011574
Nome:	FELIPE DA COSTA		
Entidade	CREAS		
Email:	FELIPEHH-COSTA@HOTMAIL.COM	Fone:	96588875
Nome:	L U C I A N E F. F O R T U N A		
Entidade	CREAS		
Email:	lfortuna@caxias.rs.gov.br.	Fone:	3021.6202
Nome:	Antonio Goldemberg		
Entidade			
Email:	goldemba@terra.com.br	Fone:	8125.1729
Nome:	Fernanda J de Souza		
Entidade	Clubs Jovem Dorc		
Email:	mpjcmadorc@yahoo.com.br	Fone:	32173747



Nome:	Wendel Bamberg da Rosa		
Entidade	M.S. Bravelho Tutelar		
Email:	wendelbamberg@hotmail.com	Fone:	91844306
Nome:	Rodinei Zorzo		
Entidade	Sector Juven Turde		
Email:	padrerodineizorzo@hotmail.com	Fone:	91300909
Nome:	Jaqueline Grandi		
Entidade	SUSEPE Conselho Regional de Serviço Social		
Email:	jaquegrandi@gmail.com	Fone:	81154571
Nome:	Gugana Wolova Duarte		
Entidade	Central Comunitaria PRATICAS RESTAURANTOS		
Email:	busiduarte@tattoo.com.br	Fone:	(54) 99885752
Nome:	Alvaro Luis Kleino WSK		
Entidade	OAB		
Email:	alvaro1k@oi2@gmail.com	Fone:	99656463
Nome:	Márcia Stege de Silva		
Entidade			
Email:	ir.marcieze@yahoo.com.br	Fone:	91604026
Nome:	Elaine Costamilan		
Entidade	Casa Lae Tjuzialdo		
Email:	lancosta@terra.com.br	Fone:	99666994
Nome:	Rogênio Alves de Oliveira		
Entidade	ONG BRASIL SEM CRIADOS		
Email:	rogenio@decisum.com.br	Fone:	99729135
Nome:	Tania Beatriz dos Santos		
Entidade	Alfredo Chaves SIS		
Email:	tsantos@caxias.rs.gov.br	Fone:	3901338
Nome:	Rachel Ivanir Marques		
Entidade	COMPICIA		9945
Email:	rachelivanir@hotmail.com	Fone:	2288



Nome:	Denise de Souza Caatheiro Lain				
Entidade	CUMAS				
Email:	dlain@caxias.rs.gov.br			Fone:	39011483
Nome:	Luci A. Krux				
Entidade	Conselho Sul				
Email:				Fone:	
Nome:	Rosane Formoso de Selve				
Entidade	Conselho Tutelar MRS -				
Email:				Fone:	
Nome:	Giselle Malon				
Entidade	Conselho Regional de Psicologia - CRP				
Email:	fgisellemalon@gmail.com			Fone:	
Nome:	Angela Mengello				
Entidade	Munialdo Santa Fé				
Email:	a.mengello@bol.com.br			Fone:	3217.47.29
Nome:	Marlei D. Adamatti Rizzotto				
Entidade	Conselho Tutelar Sul				
Email:	mrizzotto@caxias.rs.gov.br			Fone:	39011518
Nome:	Taize Seuei				
Entidade	Conselho Tutelar Sul				
Email:				Fone:	39011518
Nome:	Jessica Lina da Silva				
Entidade	Conselho Tutelar Sul				
Email:	jessicadasilva@hotmail.com			Fone:	
Nome:	Renato Torres Pereira				
Entidade	Conselho Tutelar Sul				
Email:	torres_renato97@gmail.com			Fone:	84466764
Nome:	Raquel Dessoti				
Entidade	Guarda Municipal				
Email:	rdesotti@caxias.rs.gov.br			Fone:	9926-2725



Nome:	Cheser Oliveira				
Entidade	CONSELHO TUTELAR NORTE				
Email:	CFORVETRA@CAXIAS.RS.GOV.BR			Fone:	9121.1639
Nome:	Pollianna Abreu Camargo				
Entidade	LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE / MTD				
Email:	@manna - polli@hotmail.com			Fone:	54 99466682
Nome:	Paulo Rodrigo Tuda				
Entidade	Carnelha Tutelar Norte				
Email:				Fone:	92222099
Nome:	ROSANA PRADO				
Entidade					
Email:				Fone:	
Nome:	Geli Sargato				
Entidade					
Email:	Gelisargato@gmail.com			Fone:	
Nome:	MIRIAM NO RA				
Entidade	FAS e C.M.D.D. HUMANAS				
Email:	mmora@caxias.rs.gov.br			Fone:	84049988
Nome:	DANIEL CORREA				96758803
Entidade	ASS. DEP. FEDERAL MAURO PEREIRA				
Email:	danielmcorrea2011@gmail.com			Fone:	
Nome:	Alexandre Ferronato				
Entidade	CPR/II/ULS				
Email:	a-ferronato@hotmail.com			Fone:	91414763
Nome:	emanuela Teodoro				
Entidade	Sol Nascente				
Email:	emanuela-teodoro@hotmail.com			Fone:	(54)91202027
Nome:	PAINE P. PRIGOL ROSA				
Entidade	ENCA - FORUM DCA				
Email:	enca@encaentidade.com.br			Fone:	91556931

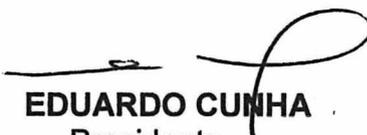


CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA/SGM

Expediente sem número da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas para a Juventude, datado de 2 de julho de 2015. Notas taquigráficas e lista de presença de audiência pública sobre a redução da maioria penal.
Em 20/07/2015.

Encaminhe-se à Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição n. 171/1993. Publique-se. Oficie-se.


EDUARDO CUNHA
Presidente

